

RELATÓRIO DE 1968

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CULTURA

MINISTRO TARSO DUTRA

RELATÓRIO
MEC-1968

O exercício de 1968, no Ministério da Educação e Cultura, caracterizou-se por um trabalho permanente na busca de reformulação de antigas posições, quer no âmbito administrativo, quer no voltado para a modernização do ensino. Entre as providências do vulto, no período, devem ser ressaltadas, pela profundidade que encerram, as referentes aos projetos de reforma universitária, já ultimada em toda a linha básica, e de reforma administrativa, de implantação mais demorada, em vista das mutações que trazê ao aparelho controlador desta pasta, que se vem transformando gradativamente, segundo a visão política que os novos tempos exigem.

O atual Governo da República deu-lhe oportuno impulso, nela encorajando a movimentação que veio a caracterizar-se em várias iniciativas de maior ramalhamento para o processo educacional e cultural do Brasil.

Voltando as vistas para a nossa situação econômico-social, verificou-se ser, agora, indispensável uma tomada de posição diante dos problemas que lhe constituem condição e fundamento, especialmente os da educação e cultura, razão por que o Ministério da Educação e Cultura se empenhou na formulação e realização de um programa, tendo em mira a valorização do homem brasileiro, no sentido mais ambicioso desta expressão.

É preciso lembrar que a educação é obra dependente do tempo, já que o preparo do homem, mesmo com todas as conquistas da tég

nica moderna, deve ater-se às condicionantes bio-psicológicas e sociais.

A profissionalização, que a muitos teóricos parece ser a maneira mais adequada de alcançar alta rentabilidade dos recursos humanos, não pode seguir os estreitos limites da concepção de homem como simples peça na engrenagem econômica, mas guiar-se por critérios mais amplos, que o Novo humanismo, a que se refere René Mahou, nos apresenta na direção própria a uma era marcada por tão profundas transformações.

A ação do Governo, na área da educação e cultura, deu dois largos passos no ano que está a findar-se. Embora o projeto de reforma administrativa não tenha sido totalmente implantado, muitas de suas previsões já começam a apresentar sensíveis resultados benéficos. Entre elas, devemos citar a descentralização em vários subsectores, cujos frutos positivos são conhecidos de todos. A renovação, nesse campo de atividade pública, veio a ensejar nova concepção de trabalho, superando idéias e práticas obsoletas, para lançar a máquina administrativa em mais alto nível de produtividade, com ganho de tempo e diminuição de dispêndios. A continuidade desta filosofia garantirá ao Governo, a médio prazo, uma completa racionalização do sistema de ação, tanto no campo da cultura quanto no da educação, com consideráveis reflexos sobre a opinião pública.

Somando ensinamentos providos do Plano Estratégico de Desenvolvimento, do Plano Nacional de Educação e do elenco de leis e decretos que compendiam a Reforma Universitária, o Ministério conseguiu levar a efeito um conjunto de medidas práticas que superaram diversos obstáculos tradicionais, ingressando em clima de autêntica promoção dos elementos que configuram as opções. Não hesitou o titular da Pasta em selecionar aquelas que facilmente conduzem à identificação da educação com o processo geral de desenvolvimento do País. Nesse particular, deve ser ressaltado que nos fixamos metas atingíveis, distantes de qualquer semelhança com o utópico. Fugimos sempre ao ornamental. Preferimos ir ao

encontro da realidade brasileira, numa interpretação da dinâmica de sua transformação .

Ao correr de 1963, o Ministério da Educação e Cultura enfrentou, na área estudantil, difíceis problemas, que se procurou diagnosticar e para os quais foram oferecidas soluções adequadas. Acompanhamos a intranquilidade dos moços que vêem o tremendo desconpasso registrado entre métodos arcaicos de ensino e a natural ânsia de encontro com as últimas conquistas científicas e tecnológicas. Compreendemos esta angústia dos jovens, que é multiplicada pela espetacular capacidade de penetração das comunicações de massa em todo o mundo. Só não podemos admitir é a partida para excessos, condenáveis em qualquer posição.

O Governo, atento aos reclamos da juventude, apressou o passo, no que foi possível, para dotar o Brasil de uma Universidade ajustada ao quadro social em que estamos situados na hora presente. Um Grupo de Trabalho, instituído pelo Presidente da República, sob nossa presidência, movimentou-se durante trinta dias, encontrando os fundamentos gerais para uma reforma digna dos avanços culturais do nosso tempo. Já no próximo ano letivo, as inovações, agora transformadas em leis, decretos, e portarias, começarão a produzir os resultados que todo o País aguarda.

A filosofia do Governo, neste particular, tem sido a de conduzir o processo educacional, no seu nível superior, para a formação prioritária de pessoal, nas carreiras consideradas fundamentais ao processo de desenvolvimento. Por isso, deu-se grande ênfase ao esforço em prol de novas escolas de medicina e de engenharia, à implantação do tempo integral para mestres e pesquisadores de disciplinas básicas, à racionalidade da administração universitária e à melhoria dos laboratórios e gabinetes, com a aquisição, na Europa (tanto no Leste como no Oeste) e nos Estados Unidos, de material adequado às novas experiências e pesquisas.

No setor técnico, levando-se em conta o ensino industrial de nível médio, o trabalho realizado foi voltado para a renovação do parque mecânico de 88 unidades, entre públicas e privadas.

Em importante instância da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho Interamericano Cultural, conseguimos, demonstrando o interesse por assuntos de maior transcendência, apresentar um conjunto de projetos que nos colocou em primeiro lugar quanto aos índices de participação no processo de desenvolvimento regional, através dos fatores educacional, científico e tecnológico.

Além disso, o nosso Governo viu-se distinguido com a escolha, por unanimidade, do chefe de sua delegação, para a presidência do referido órgão continental. Em novembro último, foi-nos dada a posse na direção do C.I.C., em Washington, e renovada a segurança de que poderemos trabalhar, em conjunto, de maneira altamente construtiva, a favor da educação e da cultura, já agora como instrumento de integração americana. Neste particular, a conquista da posição foi um reflexo evidente da ação do Governo brasileiro em campo de trabalho tão relevante.

Depois do vendaval de incertezas quanto ao caminho do processo educacional em todo o mundo, já que o Brasil, como a França, Espanha, Itália, Japão e os Estados Unidos (crise de Colúmbia), viveu horas amargas e panoramas que se abrem para o ano de 1969 é inteiramente oposto: as Universidades com um dispositivo estrutural e expansão quantitativa de vagas, de modo a se poder fazer face ao maior número de candidatos às diversas carreiras. Através deste circuito aberto de providências é que esquentizaremos a educação para todos, vencendo a resistência dos negativistas, o imobilismo dos descrentes e a incompreensão dos opositores gratuitos, talhando, para milhões de patriotas, condições mais criadoras em todos os sentidos.

Dentro dessas perspectivas é que se poderá entender a

ação do Ministério da Educação e Cultura, tal como passa a ser objetivada no presente relatório.

Atividades Educacionais em 1968

I - ALTERAÇÃO DE ESTRUTURAS

Para um ajustamento às diretrizes da Reforma Administrativa e, principalmente, permitir a operação da Reforma Universitária, houve necessidade de medidas que, alterando profundamente a estrutura do Ministério, acarretaram maior flexibilidade de ação e maior poder de coordenação e controle.

Assim, prosseguiu-se na implantação da Secretaria-Geral, órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária e a dos créditos especiais e suplementares, bem como de todos os decretos e medidas necessários à melhoria e aperfeiçoamento da lei de meios, de forma a possibilitar o emprego mais acertado dos recursos à disposição do Ministério.

Dessa forma, expedimos a Portaria nº 171, de 21 de março do corrente ano, estruturando a Secretaria-Geral, com os seguintes órgãos: Secretaria; Serviço de Administração; Divisão de Planejamento; Divisão de Orçamento; Divisão de Coordenação; Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação; Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura; Serviço de Documentação; Serviço de Organização e Métodos.

Foram fixadas as respectivas áreas de competência.

Por outro lado, houve a implantação da Inspeção Geral de Finanças, órgão destinado a desempenhar as funções de orientação, organização, inspeção, controle e fiscalização das atividades vinculadas ao sistema de administração financeira, superintendendo a contabilidade e exercendo a auditoria ministerial.

Cabe-lhe, ainda, em colaboração com a Secretaria Geral, o acompanhamento da execução do Programa de Trabalho identificado com o Orçamento.

As mais profundas alterações ocorreram na estrutura que se vincula ao sistema financeiro.

O Brasil está incluído entre as nações em desenvolvimento, que se caracterizam, fundamentalmente, pelo baixo nível de vida do povo e pela impossibilidade imediata de alcançar melhor aproveitamento de suas riquezas naturais, à falta de um mais opulento processo de produção industrial.

Um dos elementos básicos da solução desse problema, é a formação de recursos humanos.

Para se acelerar a criação dessa mão-de-obra altamente qualificada e em volume necessário, promoveu-se a Reforma Universitária.

Esse processo de aperfeiçoamento, como instrumento complementar da Lei de Diretrizes e Bases, traçando normas ao magistério e ao ensino de nível superior, irá abrir novos rumos à educação nacional. Está destinada a dar ao povo brasileiro escola e ensino com melhor planejamento, possibilitando uma ampliação de matrículas que a análise estatística (Decreto nº 63.342, de 1.10.1963), estabelecia em bases novas, permitirá que se faça precisamente naqueles setores mais relacionados como o desenvolvimento nacional.

Todavia, sem o respaldo financeiro adequado, o conjunto de leis e decretos que compõem o complexo da Reforma Universitária não produzirá os frutos esperados pela Nação. Para impedir que tal aconteça, criou-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino.

A simples enumeração das atribuições legalmente atribuídas

das a esse organismo, evidencia sua relevante importância na estrutura financeira do Ministério.

Caber-lhe-á captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa em todos os níveis, bem como os programas de assistência do educando.

E, como deverá operar sem a rigidez da administração centralizada, mas, de forma flexível, certamente irá constituir-se valioso registro na história do fomento da educação nacional.

A par desse mecanismo de consecução e aplicação de recursos, preocupou-se o Governo em melhorar a técnica orçamentária.

A lei de meios, após demorado processo de elaboração decorrente de planejamento em que se codificam as prioridades a serem atendidas, enfeixa, para os exercícios financeiros, os diversos encargos do Estado, num escalonamento objetivo tendo em vista o bem comum. A sua contemplação, mesmo superficial, deixa transparecer que muito se acentua o esforço em atender às reais necessidades coletivas. Se apurada a proporção das diversas dotações, muitas suposições infundadas de que sejam programadas despesas excessivas, desaparecem ante a clareza dos números.

Quanto ao setor educacional, observa-se haver uma curva ascendente das dotações orçamentárias, se não existisse a espiral inflacionária e o constante aumento na demanda da formação de maior número de líderes e técnicos indispensáveis ao desenvolvimento harmônico do País, é bem possível fôsse satisfatório o aumento das verbas destinadas ao ensino, em seus diversos graus e modalidades.

Numa apreciação da distribuição dos recursos do Ministério, verifica-se que ao ensino superior continua sendo atribuída a maior parcela.

É certo que o artigo 92, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, preconiza sejam atribuídas parcelas iguais dos recursos da União aos três níveis de ensino. O Conselho Federal de Educação, em estudos que procedeu, verificou que só paulatinamente seria possível estabelecer a paridade, e, nesse sentido, baixou resoluções recomendando a medida. Essa é a tendência observada na lei orçamentária. Não obstante, ao ensino de mais alto grau ainda é deferido percentual elevado em relação ao destinado aos outros níveis. No Programa-Educação para o exercício ora findante, coube ao ensino superior o percentual de 54,1%. Isso decorre, em grande parte, do alto custo da educação nesse nível. Entretanto, cada vez mais se reconhece a importância desse sistema que, realmente, é essencial ao desenvolvimento. De mesmo passo, não é concebível se possa deixar desanimar o esforço nacional no sentido da prosperidade, por falta dos recursos humanos que só aquele pode criar. Essas verificações se aliam às de que não é possível, de outra parte, onerar mais os cofres da União apenas com o ensino superior, dada a necessidade de serem atendidos inúmeros outros encargos. Tais razões levaram o Governo a recorrer a fontes externas de financiamento, cujo reembolso fôsse feito em parcelas e a prazo mais possíveis.

Considere-se, porém, que o esforço dos estabelecimentos de ensino superior vinha sendo constantemente prejudicado em virtude de planos de contenção de despesas ou transferências de recursos para exercícios seguintes.

Avaliando o quanto essa política deprimia o funcionamento das instituições dotadas pelo Orçamento da União, o Governo da República expediu decreto excluindo as verbas educacionais de qualquer redução, no biênio 69/70.

A medida irá importar em alto benefício para o en-

sino e a pesquisa e, certamente, terá como consequência, além de outras, contribuir para a fixação dos cientistas brasileiros, cujo retorno vem sendo solicitado.

Mas, nisto apenas não se cifram as iniciativas de ordem econômica e financeira em favor da educação.

O Governo, após a Revolução de março de 64, com a preocupação de integrar a comunidade no incremento da escolarização em nível primário, instituiu o salário-educação (Lei nº 4.440).

Em 1967, a arrecadação desses recursos atingiu o quantitativo de R\$ 136.177.000,00 (cento e trinta e seis milhões cento e setenta e sete mil cruzeiros novos), sendo ôles previstos, para este ano, em R\$ 177.251.000,00 (cento e setenta e sete milhões duzentos e cinquenta e um cruzeiros novos).

O Decreto nº 63.339, de 1º de outubro de 1968, procurou disciplinar a aplicação da lei do salário-educação, mediante convênio a seguir celebrado pelo MEC, com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, Banco do Brasil, visando a uma melhor arrecadação daquele recurso.

Constituem, pois, um conjunto de medidas protetoras, que alicerçam a Reforma Universitária e sem as quais ela não poderia ser implantada, por mais cuidadosos que fôsses os estudos para a revisão da estrutura do ensino superior.

II - SUPERVISÃO GERAL DAS ATIVIDADES E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

O Gabinete do Ministro teve os seus serviços devidamente dinamizados, a fim de melhor atender às respectivas tarefas. Ficou-lhe atribuídas novas dimensões, como órgão de assistência direta e imediata ao titular da Pasta, cabendo-lhe ainda participação saliente na ação de conjunto desenvolvida pela administração educacional e na sua comunicação com a opinião pública. A estreita ligação com os demais órgãos, estabeleceu entendimento que trouxe, como resultado, a atuação harmônica na consecução das políticas e medidas governamentais, nos setores que lhes são próprios.

Funcionam no Gabinete do Ministro, em Brasília e na Guanabara, duas Assessorias Técnicas, devidamente entrocadas. Tiveram, estas, atuação de relevo na elaboração de relatórios, pareceres, mensagens e ante-projetos, como também no estudo dos assuntos de natureza pedagógica, educacional e cultural, e no exame das questões de caráter jurídico, parlamentar e administrativo, que lhes foram encaminhados pelo titular da Pasta. Cabe, ainda, citar, com saliência, a colaboração prestada pela Assessoria Especial de Financiamento, no particular dos convênios de caráter internacional, firmados em grande número, durante o exercício findo.

Encontra-se também afeto ao Gabinete do Ministro, o Setor de Divulgação, constituído dos serviços integrados de imprensa e de Relações Públicas, com a finalidade de informar o público sobre as realizações do Ministério e assessorar o Ministro em assuntos de comunicação social. A Coordenação de Relações Públicas foi criada pelo

Decreto nº 63.950, de 31 de dezembro de 1968. A atuação dinâmica, que se fez sentir nas demais seções, foi daí por diante registrada nesse setor, sempre presente na cobertura das atividades ministeriais. Contribuiu, assim, a divulgação, para o esclarecimento da opinião pública, no que se relaciona com os assuntos educacionais e culturais, como também concorreu para fixar a verdadeira expressão do trabalho realizado pelo Governo.

Pela Portaria Ministerial nº 823, de 12 de novembro de 1968, foi instituído o Setor de Contabilidade e de Execução Financeira que, entrosado com a Inspetoria Geral de Finanças e demais órgãos correlatos, passou a assessorar o Ministro de Estado, nas atividades financeiras a cargo do Gabinete.

Tendo em vista o cumprimento efetivo das diretrizes emanadas do titular da Pasta, o Gabinete do Ministro ofereceu permanente assistência às publicações mantidas pelos diversos órgãos e serviços, respeitando, porém, as suas iniciativas.

Deu-se, porém, especial atenção, pela sua importância no sistema adotado para melhor informar sobre os assuntos educacionais, culturais e administrativos, às publicações especializadas: DOCUMENTA, CULTURA, ARQUIVOS e REVISTA NCC, editadas, respectivamente, pelos Conselho Federal de Educação, Conselho Federal de Cultura, Serviço de Documentação e Gabinete do Ministro.

Oferece, cada uma delas, farto material, cuidadosamente elaborado, constituindo um espelho fiel das atividades dos órgãos a que estão vinculadas. Obedecendo a esse mesmo objetivo, propõe-se, com igual utilidade, o BOLIMIN INFORMATIVO do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que alcança áreas diversificadas do Ministério da Educação e Cultura, dando cobertura inclusive às realizações de outras entidades e órgãos, entre nacionais e estrangeiros, de

dedicadas às pesquisas pedagógicas e educacionais.

O Ministro de Estado recebeu, ainda, durante o ano que se encerra, a colaboração da Comissão Especial de Assessoramento para Assuntos de Ensino Superior (CEAES), instituída por decreto executivo, para assistir o titular da Pasta na elaboração de toda a matéria documental que permitiu o atendimento de compromissos com o sistema universitário, pelo aproveitamento de candidatos excedentes nas escolas superiores, e a execução do programa sistemático de assistência, através de bolsas de estado, a alunos carentes de recursos.

No campo de suas atribuições, prestou a Divisão de Segurança e Informações inestimável colaboração ao titular da Pasta, melhor atendendo às suas finalidades, com a reestruturação que nela se operou. Completada e implantada em definitivo, sua organização, em 1968, atua tendo em vista os interesses e finalidades do Ministério da Educação e Cultura. E desenvolveu papel positivo, através de informação, que permitisse maior rendimento e segurança no encaminhamento e solução dos problemas administrativos.

III - AÇÃO DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTROLES

Desde a vigência da Lei de Diretrizes e Bases, o Governo vem elaborando planos de educação, sem tarefa assento, entretanto, em estudos de conjunto, que integrassem os programas setoriais no planejamento geral.

Em 1967, iniciou-se uma fase mais fecunda dessa planificação, pois a Reforma Administrativa criou, em cada Ministério, um órgão de coordenação - a Secretaria Geral, e um centro de controle financeiro - a Inspeção Geral de Finanças.

A Secretaria Geral, implantada desde logo, funcionou com recursos mínimos, só vindo a estruturar-se, no corrente ano, através da Portaria Ministerial nº 171, de 21 de março de 1968.

Nela estão situadas atividades que, aproveitando pesquisas feitas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, se destinam a todas as aplicações de planejamento.

A grande preocupação da Secretaria Geral é integrar os estudos básicos, de sua realização própria, com os de desenvolvimento, feitos por agências regionais, tais como a SUDAM, a SUDENE, a SUDSUL e a SUDSECO. Relewa ainda notar a maneira pela qual conseguiu a Secretaria Geral melhorar os serviços de estatística educacional, instrumento valioso de diagnóstico da educação.

Participou ela da Comissão Interministerial criada para elaborar o Programa Estratégico de Desenvolvimento - Setor Educação, que se valeu do projeto básico de iniciativa do Ministro de Estado -, dos resultados dos Encontros Nacionais de Planejamento (ENPLA)

realizados em Manaus, Natal, Brasília, Porto Alegre e Volta Redonda, e, ainda, dos subsídios gerais do antigo Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em seguida, foi elaborada a Síntese de Minas Gerais, estando em fase final a Síntese do Estado do Amazonas. Tais estudos decorreram do convênio celebrado entre os referidos Estados e este Ministério. Foi também concluído o Inventário da Legislação Federal no Brasil (Educação e Cultura - 1939/1967), pesquisa de grande envergadura, elaborado pelo Serviço de Documentação, que igualmente publicou "Acórdãos, Contratos e Convênios", pelos quais se pode avaliar a colaboração nacional e internacional no campo da Educação.

Participação importante foi a que teve no programa prioritário da Operação-Escola, no sentido de sua real implantação. Acrescente-se ainda o levantamento do acervo dos museus nacionais e o estudo das possibilidades de implantação de um programa de entrosamento entre museu e escola, nos seus três níveis.

4 Decidida colaboração foi prestada pela Secretaria - Geral, na feitura pelas Diversas Diretorias do Ministério, dos projetos de financiamentos internacionais estando em fase de concretização o do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, que beneficiará o ensino secundário, agrícola e industrial.

Próximamente, no momento, estudos para um financiamento da USAID/NORDESTE aos programas do SATEP e do PAMP, que redundarão em benefícios para o ensino, na ordem de 10 milhões de dólares.

O maior trabalho oferecido na parte relativa ao orçamento foi a programação financeira de desembolso, em articulação com a Inspeção Geral de Finanças, não só quanto às despesas de custeio, com também, às de capital.

A elaboração do Orçamento da Educação foi matéria

que demandou inúmeras providências, inclusive no Congresso Nacional, onde foi possível conseguir-se uma elevação de R\$ 125.815.100 - nos recursos consignados para atividades educacionais e culturais.

A análise dos planos de aplicação das unidades e subunidades orçamentárias, foi outra tarefa realizada pela Secretaria Geral, que também elaborou projetos de 44 créditos suplementares no valor de R\$ 52.443.262,13. Realizou, outrossim, trabalho sobre orientação quanto a orçamento-programa, nos I e II Ciclos de Estudos previstos pela Unidade de Exercício, do Departamento de Administração do Ministério, dando assim prosseguimento ao que prevê a Reforma Administrativa.

É de salientar ainda o exame do Orçamento Sintético das Autarquias, compreendendo tôdas as Universidades e Escolas Técnicas e Industriais.

Nas atividades de coordenação, esteve presente a Secretaria Geral. Instalaram-se as Coordenações Estaduais, que tanto se faziam necessárias, dada a total falta de entrosamento, até então, entre as representações dos diversos órgãos do MEC na órbita regional.

Para dar unidade e identidade de ação a essas Coordenações, foi realizado, com pleno êxito, o I ENCONTRO DE COORDENADORES ESTADUAIS. Reuniram-se em uma publicação "Sistema de Coordenações", endereço e nome dos representantes de todos os órgãos, tanto de administração direta como da indireta, em todo o território nacional.

A Secretaria Geral foi ainda a responsável pela realização das atividades de infra-estrutura, para a Reunião de Secretários de Educação e Representantes de Conselhos de Educação, referente à Operação-Escola.

Promoveu, ainda, reuniões, com as diversas Diretori-

as do Ministério, tendo como finalidade a integração de seus diferentes programas, o levantamento das realizações de cada órgão, de modo a fornecer os elementos indispensáveis à efetivação da Reforma Administrativa setorial.

Com a delegação de competência, conferida pela Portaria Ministerial nº 286, de 13 de julho de 1967, a Secretaria Geral passou a coordenar as atividades culturais do Ministério, até que se institua, na Reforma Administrativa, setor próprio para acionar a gestão cultural.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que instituiu no País a reforma administrativa, nos artigos 20 a 23 e seus parágrafos, definiu o modo por que se passaria a exercer a supervisão ministerial, apoiada principalmente na dinâmica dos órgãos centrais, aos quais foi atribuída a incumbência de assessorar diretamente o Ministro de Estado e, em nome dele e sob sua direção, além de realizar estudos para formulação de diretrizes em consonância com os princípios fundamentais da nova filosofia administrativa, desempenhar funções específicas de planejamento, orçamento, orientação, coordenação, inspeção e controle financeiro.

Como consequência da fixação desses novos rumos administrativos, foi instalada a Inspeção Geral de Finanças, que integra, como órgão setorial, os três sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria desta Secretaria de Estado.

A instituição do novo órgão operou-se em decorrência da aplicação dos dispositivos dos Decretos nºs 60.636, de 26 de abril de 1967, 61.386, de 19 de setembro de 1967, e 62.345, de 4 de março de 1968, além do que basicamente foi preceituado no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Pela Portaria Ministerial nº 50, de 24 de janeiro de 1968, designou-se a Capital Federal como sede do novo serviço, e, pela Portaria Ministerial nº 287, de 8 de maio de 1968, foi-lhe dado regimento provisório, a fim de regular e coordenar as suas atividades.

As atividades da Inspeção Geral de Finanças desenvolveram-se de modo satisfatório durante o exercício e consistiram principalmente na tomada e exercício de comando dos sistemas que integra, na organização dos novos setores de trabalho e na reformulação das técnicas operacionais.

Desde os passos iniciais de seu funcionamento, revelou-se a sua eficiência através do cuidado com que promoveu o levantamento da situação encontrada e estabeleceu novos métodos para análise e retificação das rotinas. Além disso, promoveu, desde a primeira hora, contactos directos com os diversos órgãos ministeriais, seja da administração directa, seja da indirecta, visando a assisti-los e a enviar-lhes, com real utilidade, informações, esclarecimentos e instruções sobre as novas normas derivadas da política económico-financeira do Governo.

Com esse último objetivo, vem a Inspeção Geral de Finanças participando dos simpósios e encontros programados na área ministerial, assim como não se tem descuidado de atender a todas as reuniões da COCIGEF - Comissão de Coordenação das Inspeções Gerais de Finanças, que se realizou no Ministério da Fazenda, sob a presidência do respectivo Inspector Geral.

O entrosamento com os órgãos fazendários foi convenientemente estabelecido e mantém-se de modo perfeito, proporcionando não só uma forma de colaboração alta entre os diversos serviços dos dois Ministérios, como maior facilidade para o atendimento das constantes solicitações desta Secretaria de Estado.

A importância dos cometimentos atribuídos à Inspeção Geral de Finanças ainda mais se acentua quando se considera que, a par dos trabalhos de registro contábil que lhe incumbe efetuar e do controle da mais rigorosa exação no trato dos dinheiros públicos, é matéria de sua competência e responsabilidade ordenar o fluxo dos suprimentos financeiros de que carecem todos os órgãos ministeriais.

Sem embargo de que o nôve órgão ainda carece de alguns recursos implemtoes para sua completa estruturação, a distribuição dos recursos financeiros realizou-se durante o exercício com a mais completa pontualidade, atingindo com rapidez os mais distantes pontos do País e permitindo aos dirigentes de todos os setores alcançados maior eficiência no desenvolvimento da respectiva ação administrativa.

Para que se tenha pávida idéia da significação e do volume desse serviço, basta assinalar que as atividades financeiras abrangem nada menos de 103 entidades (unidades e subunidades orgamentárias, inclusive as autarquias educacionais da rãe federal) e o seu movimento traduziu-se, no ano de 1968, em 1.744 documentos, sendo 1.231 autorizações de repasse e 513 ordens de pagamento, totalizando R\$... 939.226.549,82 (novecentos e trinta e nove milhões duzentos e vinte e seis mil quinhentos e quarenta e nove cruzeiros novos e oitenta e dois centavos.)

Esse total encontra-se incluída - e deve ser assinalada, pelos benefícios que representa, a parcela de R\$ 15.688.747,11, (quinze milhões seiscentos e oitenta e oito mil setecentos e quarenta e sete cruzeiros novos e onze centavos) correspondente ao total de verbas pagas para atender a problemas de excedentes, nos termos do Decreto nº 68.082, de 8 de janeiro de 1968.

Dentre os planos que mereceram a melhor atenção, destacam-se o PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO e o PLANO NACIONAL DE CULTURAL

O Plano Nacional de Educação, como programa de ação distributiva de recursos dos Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio, decorreu da Constituição de 1946 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi elaborado em 1962 e revisto em 1965, pelo Conselho Federal de Educação, para ter vigência até 1970.

Em 1963, fizeram-se assinados convênios diretos com os Estados, no valor de R\$ 22.200.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros novos), visando a ampliar as oportunidades de educação primária e média e à melhoria do processo educacional.

As verbas do Fundo foram acrescidas as do salário-educação, com a quota federal no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros novos).

Como decorrência do PLANO NACIONAL DE CULTURA, o Ministério celebrou convênios com diversas entidades:

- a) Governos estaduais da Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais;
- b) Universidades federais da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará;
- c) Instituições culturais; federais ou particulares;
- d) Secretarias de Educação e Cultura;
- e) Conselhos Estaduais de Educação;
- f) Prefeituras Municipais.

Os referidos ajustes somaram R\$ 3.999.678,70 (três milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta e oito cruzeiros novos e setenta centavos).

Esboçou o Conselho Federal de Cultura o zoneamento cultural do Brasil, partindo de estudos formulados por antropólogos, sociólogos e geógrafos.

IV - AÇÃO ADMINISTRATIVA

Diretamente subordinado ao Ministro de Estado, o Departamento de Administração é o órgão central da administração geral, tendo por finalidade precípua executar, orientar, promover e supervisionar as atividades relativas a pessoal, material, organização, obras, comunicações, transportes e, ainda, administrar os edifícios do Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, e a sede do Ministério em Brasília.

No que diz respeito ao pessoal e, tendo em vista o artigo 146, do Decreto-lei nº 200, da Reforma Administrativa, o D. A. criou, em caráter provisório, centros de treinamento de pessoal no Distrito Federal e na Guanabara, estando programadas mais algumas para outras unidades da Federação.

Realizaram-se trabalhos necessários para a retomada das promoções paralizadas desde 1960, no quadro de servidores.

Pela Divisão de Obras, além dos inúmeros projetos, orçamentos e estudos preliminares para execução de algumas construções ou reparos, foram realizados trabalhos de conservação, ampliação ou adaptação, no Palácio da Cultura, Biblioteca Nacional, Casa de Rui Barbosa, Instituto Benjamin Constant, Museu Nacional de Belas Artes, Observatório Nacional, oficinas do Serviço de Transportes, Instituto Nacional do Livro e Colégio Agrícola de Manaus, que somaram R\$ 2.035.055,00 (dois milhões, trinta e cinco mil, cinquenta e cinco cruzeiros novos e cinquenta centavos).

V - PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A ação substantiva do Ministério reside, sem dúvida, em promover as condições de crescimento do ensino, não somente sob o ponto de vista quantitativo como qualitativo.

Como documentos expressivos para o conhecimento dessa expansão, citam-se, além do Programa Estratégico de Desenvolvimento, os levantamentos feitos pela Secretaria Geral, entre os quais a ANÁLISE DO ENSINO NO BRASIL (estudo preliminar), como documento já muito relacionado pelas autoridades educacionais, para as mais variadas atividades de aperfeiçoamento do sistema.

O CATÁLOGO DA EDUCAÇÃO está em fase de publicação.

Em acóreo com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, a Divisão de Planejamento da Secretaria Geral elaborou metuculoso estudo sobre "Salários de Professores Primários", em que se nota a acentuada disparidade existente nos diversos Estados, quanto às condições do magistério de nível elementar.

Para que se possa avaliar do esforço realizado no corrente ano, cabe oferecer uma síntese das principais realizações, nos diversos níveis e modalidades de ensino comum e especial.

1. ENSINO PRIMÁRIO

1.1 - Ensino Primário Comum

A matrícula, no ensino primário comum, no início de 1967, foi de 11.182.746 alunos (*), passando a ser, no início de 1968,

(*) O Serviço de Estatística da Educação e Cultura forneceu, em 1967, estimativa de 11.613.000 alunos. Foi agora retificada para o número acima citado.

de 12.058.300. Esse acréscimo representa o incremento de 7,83%.

Quanto ao corpo docente, o número aproximou-se dos 400.000, mas com alta taxa de professores sem qualificação profissional, representando 45% do total.

Para a atualização dos professores primários não titulados, o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), do Departamento Nacional de Educação, realizou, no ano de 1968, 66 cursos de aperfeiçoamento, no período de férias, sendo delas beneficiários 6.325 candidatos, aproximadamente, além de supervisionar, através de assistência e orientação técnico-pedagógica, em classe, 17.000 professores primários, no período letivo, por uma equipe de 1.318 supervisores-chefes e regionais, em 22 unidades federativas.

Os recursos previstos para esse programa foram de R\$ 500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos) para o ano todo, incluindo a realização dos cursos e supervisão. Não tendo sido utilizadas as verbas do exercício, custeou-se o trabalho com os saldos de 1967 e recursos dos próprios Estados ou Territórios, que de verão ser oportunamente indenizados pelo PAMP. Por serem estes insuficientes, deixaram de se realizar os Encontros Regionais e Estaduais de Supervisores e o V Encontro Nacional de Supervisores-Chefes.

A execução desses programas representou um grande esforço de atendimento, mas atingiu, apenas, a cerca de 3,7% do total de professores não titulados que necessitam de treinamento, recuperação e aperfeiçoamento, e 10% dos que necessitam de orientação e assistência direta em classe.

Com vistas à realização desses cursos de aperfeiçoamento e supervisão, o DNE celebrou convênios especiais com as Secretarias e Divisões de Educação, em 21 Estados e Territórios.

O DNE celebrou convênio, também, com o Município de Porto Alegre, para aplicação de R\$ 369.180,00 na Escola-Parque Ru Ben Berta.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos promoveu, em 1963, trinta e três cursos que funcionaram nos Centros de Treinamento do Magistério (Sapé, Souza, Alagoa Grande, Colatina, Inhumas, Catalão, Morrinhos, Cuiabá, Propriá); nos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte) e em outros estabelecimentos de ensino (Manaus, Macaé, Fortaleza, Vitória, Curitiba, Natal, Rio de Janeiro, Júlio de Castilhos, Ipiritô, Belém). Destinaram-se os referidos cursos à formação e aperfeiçoamento de professores e diretores de ensino primário e normal, treinamento de supervisores de ensino primário tendo sido oferecidas 1307 bolsas de estudo a candidatos indicados pelas Secretarias de Educação das Unidades Federadas nos termos do II Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação / Primária e Normal no Brasil decorrente do Acordo MEC-UNEP/UNICEF / UNESCO.

Cabe acrescentar que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos vem mantendo, junto àquêles Centros Regionais, bem organizadas Escolas de Demonstração, sobressaindo-se entre elas, o Centro "Carneiro Ribeiro", onde um ensaio renovador da concepção, dos tipos de atividade e dos métodos de ensino, vem alcançando auspiciosos resultados.

Em todas essas Escolas, os professores das regiões adjacentes têm permanente oportunidade de observar e captar as mais avançadas técnicas que estão revolucionando o ensino em nossos dias. Essas Escolas desempenham, entre nós, o papel reservado nas grandes universidades americanas e européias, às Escolas-Laboratório,

os aos Institutos de Formação de Professores.

No Território do Amapá, o quantitativo reservado à educação representou 11,12% do orçamento geral dessa unidade; em Roraima, 6,85%; em Noroeste, 5,97%; em Fernando de Noronha, 9,64%.

Para manutenção e aperfeiçoamento progressivo das escolas de fronteiras, o Departamento Nacional de Educação aplicou, no corrente ano, R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros novos).

O mesmo órgão empregou R\$ 26.940.250,00 (vinte e seis milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros novos), em convênios para a expansão e aperfeiçoamento da rede de ensino primário público nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

No corrente ano o INEP, em colaboração com o IPEN, vem dando os primeiros passos para a deflagração e implantação, nos Estados e Territórios, da Operação-Escola prevista no Programa Estratégico de Desenvolvimento, e disciplinada pelo Decreto nº 63.258 de 19.2.68. Trata-se da execução, em entendimento com as autoridades educacionais estaduais, de uma série de medidas e providências destinadas a assegurar a progressiva elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares estaduais e o racional aumento da produtividade das atividades escolares neles desenvolvidas.

Partindo da verificação de que o nosso ensino primário apresenta baixíssima produtividade, estão sendo analisadas em profundidade as causas desse fenômeno, com o objetivo de sugerir algumas soluções:

1 - Reforma de programas, no sentido de se adapta-

ren às condições das crianças. Proposição de programas diversificados para atender às diferenças individuais. Estudo experimental dos programas.

2 - Alteração das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

3 - Abolição do regime que prevê a realização da 1ª série em mais de um ano letivo, levando à reduzida produtividade da escola.

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite e apoie a ação das autoridades e se integre no movimento Operação.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro de cada série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para a final implantação do moderno sistema de promoção automática ou flexível.

7 - Renovação dos métodos e processos de ensino à luz das mais recentes conquistas da psicologia da aprendizagem e generalização do emprego dos modernos recursos audiovisuais.

Estas medidas devem ser tomadas em cada Unidade da Federação, atendendo às suas condições peculiares, e contarão com a permanente assistência técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em novembro estiveram reunidos os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios para o encaminhamento da reformulação do ensino primário.

Para início das medidas preconizadas, o INEP propõe

foi uma prova-diagnóstica que foi aplicada a 10% dos alunos da 1ª série primária nas Capitais dos Estados e Territórios e recolheu amostra das provas de promoção, adotadas nas diferentes regiões do País. Os resultados da prova-diagnóstica e das provas de promoção estão sendo submetidos a tratamento estatístico a fim de servirem como ponto de partida para o objetivo enfoque da situação do ensino na primeira etapa da vida escolar da criança brasileira. Posteriormente deverão servir para encaminhamento da preconizada reformulação do ensino primário elevando-o ao nível de tratamento a ele dispensado pelas nações democráticas que colocam a ênfase entre os fatores fundamentais de seu desenvolvimento social e econômico.

Estão sendo discutidas, em minúcia, as operações sucessivas das diversas fases da Operação-Recola e acham-se adiantadas as providências para constituição das equipes que passarão a manter ininterrupto contato com as Secretarias de Educação para a adoção das medidas previstas, o acompanhamento e assistência necessários e a periódica avaliação dos resultados alcançados.

Acham-se em fase de conclusão o pavilhão de residência, em Belo Horizonte, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Picheiro", o primeiro bloco do Centro de Treinamento de Professores de Curitiba no Paraná e, do de Chapecó, em Santa Catarina. Em diferentes fases de adiantamento encontram-se as obras dos Centros de Treinamento de Campo Grande, Manaus e Estância, respectivamente nos Estados de Mato Grosso, Amazonas e Sergipe.

A ação de Centros de Treinamento dará oportunidade de que se amplie a ação multiplicadora de aperfeiçoamento dos métodos de trabalho a que se dedica, há longos anos, o INEP, dentro do programa de assistência técnica prestado aos Estados.

Deverá realizar-se em São Paulo, dentro de poucos

Municípios, inclusive por área urbana e rurais, a população total registrada; a população infantil de 14 anos; as crianças do grupo etário de 0 a 6 anos; as crianças de 7 a 14 anos, por ano de idade, com a indicação de estarem ou não frequentando escola; os professores em exercício nos cursos de ensino primário, por sexo e por nível de formação.

O segundo - de 1.166 páginas - contém os resultados das apurações finais realizadas pelo processo de computação eletrônica, dando em nível da União, Regiões Fisioográficas, Unidades da Federação, e Zonas Fisioográficas, inclusive por áreas urbanas e rurais, a condição escolar - nível do curso e série das crianças nascidas entre 1950 e 1957, discriminados por ano de nascimento e por sexo, as crianças não escolarizadas, com ou sem estudo anterior, nascidas entre 1950 e 1957, com a indicação da causa da não escolarização, discriminados por ano de nascimento e sexo, crianças excepcionais nascidas entre 1950 e 1954 com a indicação da natureza da respectiva deficiência, discriminadas por ano de nascimento e por sexo, crianças excepcionais nascidas entre 1957 e 1950 com a indicação do ano de nascimento e a condição escolar.

O terceiro volume, de cerca de 700 páginas, contém os resultados das apurações finais relativas a prédios escolares, a cursos de ensino primário e a professores, dando em nível da União, Regiões Fisioográficas, Unidades da Federação e Zonas Fisioográficas, inclusive por área urbana e rural, a capacidade dos prédios escolares e sua utilização, os cursos existentes, com a indicação de sua natureza, duração, matrícula e turma de funcionamento, os professores em exercício nas escolas primárias com a indicação de sexo, grau de formação e entidade mantenedora da escola, cursos de professor único, com indicação da matrícula, extensão do curso e grau de forma-

ção dos professores, condições gerais dos prédios de alvenaria construídos especialmente, para escolas, condições dos cursos que funcionam nesses prédios.

Os mapas dos dados municipais correspondem às tabelas dos volumes 2º e 3º encontram-se à disposição dos interessados na sede do INEP e do IDCE.

O 4º volume, de cerca de 100 páginas, contém o Relatório da Comissão Central, com minuciosa notícia sobre o desenvolvimento de todas as fases da operação censitária e reprodução das instruções e documentos preparados para a coleta de dados e apuração dos resultados.

Com o término da divulgação dos resultados da operação censitária escolar - de que não se tem notícia de outra igual extensão e profundidade realizada no País ou no estrangeiro - o Ministério da Educação e Cultura e o IDCE, com a colaboração das Secretarias de Educação dos Estados e a dedicação do magistério primário do País, remata o inestimável serviço prestado à Nação, qual seja o de oferecer-lhe um retrato veraz de sua situação escolar, de forma a despertar nos governantes e no povo, clara consciência de suas necessidades em matéria de ensino e criar condições para a implantação de uma autêntica política de educação, capaz de valorizar efetivamente o Homem, que é a primeira riqueza a ser preservada e posta a serviço do engrandecimento nacional.

Foi aprovada na 1ª Conferência Nacional de Estatística CONFEST - realizada em maio/junho de 1958, no Rio de Janeiro, por proposta da delegação do INEP, tendo em vista o disposto no artigo 31 do Estatuto da Fundação IDCE e nas Normas Básicas que regulam seu funcionamento, e considerando as conclusões a que chegou a Comissão Téc-

nica "C" - Censo de 1970, recomendação no sentido de ser estudada a possibilidade de execução do Censo Escolar simultaneamente com a realização do próximo Censo Demográfico.

Também o Decreto nº 63.258, de 19.9.68, que cria a Operação-Escola, prevê a realização do Censo Escolar.

O valor desses levantamentos que vasculham a fundo a situação educacional do País, foi recentemente ressaltado pelo perito da UNESCO, Jacques Torfs, em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Deverá ser reorganizado, para reinício de suas atividades, o Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares, criado pelo Decreto nº 60.155, de 27 de janeiro de 1967, modificado pelo Decreto nº 61.050, de 21 de julho de 1967.

O GNDCE, cujo objetivo precípua é proporcionar assistência técnica aos Estados no tocante ao problema da construção de escolas, de modo a contribuir para solucionar o elevado déficit nacional de salas de aula e incentivar a melhoria qualitativa dos prédios e instalações pedagógicas em todo o País, cuidou, na primeira fase de suas atividades, das seguintes iniciativas e providências básicas:

1 - Convênio com o CONESCAL

Em fevereiro de 1968, convênio de assistência técnica com o CONESCAL, órgão da UNESCO sediado no México.

2 - Participação no Conselho Diretor do CONESCAL

O Governo do Brasil, através do GNDCE, far-se-á representar, a partir do corrente ano, no Conselho Diretor do CONESCAL.

3 - Recomendação ao Banco Nacional de Habitação

A fim de evitar o agravamento do déficit nacio-

nal de salas de aula, sugeriu o GNDCE ao BNH que, na construção de novos conjuntos residenciais, o almoxarifado da obra fosse erigido em local e de sorte que ao término das obras pudessem a citada construção ser adaptada para instalação imediata da escola da comunidade.

A edificação de barração de obras já seria, desse modo, feita em obediência a certos requisitos mínimos de natureza pedagógica, o que permitiria, sem gastos maiores, a utilização indicada.

À recomendação encaminhada ao BNH, o GNDCE anexou vários projetos-padrão de escola existentes no arquivo da Seção de Arquitetura Escolar do INEP.

4 - Visita nos Estados

O GNDCE entrou em contacto com órgãos e autoridades estaduais responsáveis por programas de construção de escolas, em São Paulo, na Guanabara, em Minas Gerais e no Paraná. Também estabeleceu contato com representantes da indústria madeireira e de produção de material pré-moldado no sentido de estreitá-las com os órgãos responsáveis pelas construções de prédios escolares nas diferentes regiões do País.

5 - Fornecimento de informações técnicas

Dando cumprimento às suas atribuições, o GNDCE tem respondido a pedidos de informação oriundos do CONESCAL e de setores oficiais e privados brasileiros.

6 - Assinatura de revistas estrangeiras especializadas em construção de escolas

O GNDCE vem recebendo regularmente a revista CONESCAL e os Resumens analíticos, publicações daquele órgão da UNESCO na Cidade do México.

7 - Cursos do CONESCAL

Por indicação solicitada pela direção do CONESCAL, vários educadores, arquitetos e engenheiros obtiveram bolsa de estudo para frequentar os Cursos do CONESCAL nos anos de 1965, 1966 e 1967, a saber:

Em 1965, Prof.^a Zenaide Cardoso Schultz, Arquiteta Luiz de Lima Acioli e Sra. Alice Vera Galoti Porto-Carrero, os dois primeiros do INEP, a última do Fundo Estadual de Construções Escolares do Governo de São Paulo, os quais participaram do I Curso Intensivo sobre Planejamento das Construções Escolares.

Em 1966, o Arq. Adalberto Acioli, da Universidade de Brasília, o Arq. Marcus Vinicius Franco Soares, do Estado de Minas Gerais e o Arq. Luis Gonzaga Monesca Fabricio, da COHAB/GB, foram ao México sob os auspícios do INEP, o primeiro para participar do II Seminário Regional sobre a situação das Construções Escolares, os dois últimos para participarem do II Curso Intensivo sobre Planejamento, Orçamento e Execução das Construções Escolares.

Em 1967, o Arq. José Maria de Araujo Sousa, da Diretoria de Engino Industrial do MEC e o Arq. Silvio Bueno dos Santos, do Fundo Estadual de Construções Escolares do Governo de São Paulo, participaram do III Curso Intensivo sobre Planejamento, Desenho e Execução das Construções Escolares.

Em 1968, o Eng. Heraldo Guimarães Reif de Paula, da Seção de Arquitetura Escolar do INEP, cumpriu um programa de visitas a escolas dos Estados Unidos, sob a supervisão da USAID.

8 - Participação

Participação no III Seminário de Construções Escolares para a América Latina, realizado em novembro de 1968 em Santiago de Chile, através do representante credenciado do INEP, Arquiteto

Luis de Lima Acioli.

Acha-se em estudo no Escritório da Reforma Administrativa do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o ante-projeto de reestruturação do INEP, elaborado com base nos princípios que informam a Reforma Administrativa Federal disciplinada pelo Decreto - Lei nº 200. O ante-projeto refletindo o resultado de longa experiência dos diferentes setores de atividades do INEP e os propósitos de descentralização e racionalização administrativa prevê a instituição de um regime de autonomia administrativa, financeira e técnica capaz de assegurar a este Instituto o desempenho eficiente das funções específicas de sua competência, como órgão de estudos, pesquisas e assistência técnica dentro da nova estrutura do Ministério da Educação e Cultura.

1.2 - Ensino Primário Supletivo

Criada a fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em fins de 1967, já em janeiro do corrente ano designou-se a Comissão encarregada da preparação e instalação do citado organismo.

O Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 62.434, de 29.3.68, sendo registrado, como pessoa jurídica, a 30 de abril.

A UNESCO, interessada no trabalho do Brasil sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, designou um assessor-técnico para acompanhar o projeto brasileiro.

Foram elaboradas sugestões metodológicas do Plano de Alfabetização Funcional e Educação de Adolescentes e Adultos.

Relacionaram-se os Municípios por onde se iniciará, no ano vindouro, a ação do MOBRAL.

Está sob experiência o Plano Piloto de Alfabetização pela televisão, na execução do convênio firmado entre o MEBRAL e a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa.

Já foram gravados 36 programas-aula, para distribuir às emissoras. Visa a atender 4.500 alunos analfabetos, de 15 a 30 anos, em 100 núcleos de recepção organizada, utilizando-se de livros-cadernos - O POVO, especialmente elaborados para esse fim.

A Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, que ainda se encontra em fase de organização, desenvolveu, apesar disso, ampla atividade. Sua atuação, nessa altura, já possibilita prever a colaboração que poderá prestar em futuro próximo, no sentido da ampliação de oportunidades de ensino e divulgação de assuntos culturais.

Com a implantação da rede federal de emissoras de televisão educativa que, aliás, caminha a passos largos, o Governo estará preparado para, na base desses instrumentos, levar a efeito a expansão programada, do ensino, valendo-se dos subsídios oferecidos pela Fundação TV Educativa. Cumpre ressaltar, também, a atuação desta entidade, por intermédio da qual o Ministério poderá contribuir mais eficientemente para o desenvolvimento educacional, com uma estrutura complementar à rede convencional de ensino.

O Serviço de Radiodifusão Educativa, através de suas três emissoras, realizou programas educativos que abrangem cursos de ensino médio e superior, de aperfeiçoamento e de pós-graduação, compreendendo letras, artes, tecnologia e ciência. Em suas atividades externas, realizou vários concêrtos, notadamente na Sala Cecília Meireles. Os "Concêrtos para a Juventude", com a Orquestra Sinfônica Nacional e seus conjuntos camaristas, através da TV Globo, foram considerados, pela imprensa carioca, o melhor programa de música erudita do ano. Levou a efeito, ao demais, com grande repercussão, o Curso Internacional de Regência, sob o patrocínio da Rádio Ministério da Educação e Cultura.

2. CENTRO DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO COMUNITÁRIA

Instituído sob os melhores auspícios e inspirado em exemplos que provêm de vários países da América do Norte e da Europa, sendo digno de destaque o "Community Service Volunteers", da Inglaterra, que reúne nada menos de 100.000 jovens voluntários, o Centro de Orientação e Proteção Comunitária (COPROC), pioneiro na América do Sul, vale dizer, surgiu por inspiração da Academia Brasileira de Medicina Militar e vai-se desenvolvendo satisfatoriamente.

Visa à formação de líderes que colaborem no planejamento ou na administração e desenvolvimento das nossas comunidades, nos períodos normais ou emergenciais. Preparou, para tanto, professores e técnicos. Difundiu práticas de atendimento de socorro, de segurança e de bem estar. Treinou equipes de assistência, em correlação com os problemas decorrentes do desenvolvimento técnico e social brasileiro. Colaborou no programa de alfabetização. Afinal, estimulou a implantação de núcleos nos Estados e Territórios. O COPROC teve, em 1968, um trabalho de vulto, podendo não se destacar - a criação do Curso de Professor de Proteção Civil "Peiro Alcizo"; a instituição dos Cursos Técnico-Comunitário "Leal Costa" e de Aplicação "Heniz de Aragão", e da Escola Comunitária Experimental Modelo "Leon Renault", com cerca de 1.000 alunos; a instalação do Curso de Agente Comunitário para serviços do Ministério da Educação e Cultura; e a criação de Cursos de Auxiliares de Socorristas, no Estado da Guanabara. Ampliou o Círculo Comercial Comunitário "Heniz de Aragão", reorganizando a biblioteca, com o aumento de 200% na sua capacidade de atendimento. Além de recuperar o material audiovisual e reequipar o laboratório de física, química e história natural, e do gabinete de geografia, indispensáveis ao seu trabalho.

Firmou acordos com a Cruz Vermelha Brasileira e o

Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara. E obteve colaboração do Comando do Estado Maior do Exército, da Polícia Militar do Estado da Guanabara, de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade do Estado da Guanabara e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e de técnicos dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, do Instituto Nacional de Previdência Social.

Nas providências adotadas para a constituição de colégios especializados, a designação de representantes no Distrito Federal e em alguns Estados, a divulgação e estímulo à preparação de técnicos comunitários, a promoção e o comparecimento a congressos e simpósios, a preparação de 500 professores e técnicos, além de cerca de 300 socorristas, a inclusão de ensino especializado no currículo do Colégio Pedro II, a preparação de centenas de bolsistas dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Amazonas e Rio Grande do Sul, e Centro de Orientação e Proteção Comunitária se destacou como dos mais atuantes órgãos de execução da política social e assistencial do Governo, através da comunidade.

3. ENSINO MÉDIO

O ensino médio atingiu, em 1967, 2.816.410 alunos(*) No corrente ano, 3.183.680, tendo havido um incremento de 13,3%.

O número de professores é de cerca de 200.000 e a relação nacional média de professor-aluno é de 1/15,5.

Estão sendo elaborados estudos visando à reformulação do sistema escolar.

Tornando-se urgente a expansão desse nível, incluíve para atender ao imperativo constitucional que determina a obrigatoriedade da educação até os 14 anos de idade, o Governo obteve diversos financiamentos externos.

Esses recursos que possibilitam o encaminhamento adequado da problemática do ensino médio, permitindo a distribuição dos alunos pelos cursos de natureza técnica, de modo que possam, ao terminar a formação média, ingressar diretamente na força de trabalho.

Para a reestruturação dessa política, muito têm contribuído estudos e indicações do Conselho Federal de Educação, especialmente sobre articulação do ensino primário com o médio e do médio com o superior.

O encaminhamento das questões de ensino, agora sob a égide do Plano Integrado de Educação, permitirá que venha a ser realizada não apenas a formação de maior número de técnicos de nível superior, tanto para as carreiras curtas quanto para as tradicionais. Em breve, estabelecer-se-á o equilíbrio desejável das estruturas.

(*) O Serviço de Estatística da Educação e Cultura, ofereceu em 1967, o número de 2.757.313 alunos; agora, retifica para o número acima citado.

3.1 - Ensino Secundário

Em 1967, matricularam-se 2.002.693 alunos. Em 1968, o total alcança 2.514.717, tendo sido de 15,5% o incremento.

No que tange ao problema de formação de professores e seu aperfeiçoamento, é de observar-se que, sob os auspícios da Diretoria do Ensino Secundário, foram realizados vários cursos de atualização nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com emprêgo de recursos no valor de R\$ 1.417.900,00 (um milhão, quatrocentos e dezessete mil e novecentos cruzeiros novos), para formar professores, e de R\$ 210.470,00 (duzentos e dez mil e quatrocentos e setenta cruzeiros novos), para seu aperfeiçoamento, nos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. Essa Diretoria ofereceu oportunidade a 428 professores de estagiar em instituições de ensino superior, para a necessária atualização. Em tal programa, aplicou a verba de R\$ 394.430,00 (trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros novos).

Preocupada com a implantação de Ginásios Orientados para o Trabalho, mantém em pleno funcionamento oito (8) Centros, sendo seis (6) de Ciências e dois (2) de Orientação para o Trabalho, destinados à formação especializada dos professores. Para a manutenção dos primeiros, que se vinculam a Universidades, aplicou a verba de R\$ 456.900,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, e novecentos cruzeiros novos). Nos Centros de Orientação para o Trabalho, investiu R\$ 141.462,50 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros novos e cinquenta centavos).

No corrente ano, criou o Centro de Treinamento para Professores da A

razônia, em Belém, em convênios com o Governo do Estado.

O financiamento externo, através da USAID, no valor de US\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de dólares), permitirá a construção de 300 ginásios pluricurriculares, que ampliarão a matrícula, em mais de 250.000. Ao mesmo tempo, ensejará o treinamento de mais 10.000 professores.

Atualmente, estão sendo treinados 261 professores em técnicas comerciais, técnicas agrícolas e artes industriais, nos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

A Diretoria do Ensino Secundário celebrou convênios no valor de R\$ 2.318.000,00 (dois milhões, trezentos e dezoito mil cruzeiros novos), doando 241 oficinas, sendo 120 de artes industriais 56 de técnicas comerciais e 40 destinadas à educação para o lar.

3.2 - Ensino Industrial

Nessa modalidade de ensino médio, matricularam-se, no corrente ano, 146.085 alunos, tendo havido um aumento de 25.969 matrículas em relação ao ano anterior.

Na rede federal, composta de 23 escolas técnicas, a matrícula atingiu 33.082 alunos. O incremento foi de 21,6%.

Neste setor, o trabalho foi desenvolvido dentro de um planejamento nacional, que se baseou em dois pontos fundamentais:

- dotar as escolas técnicas e profissionais de equipamento moderno capaz de adequá-las ao progresso científico e tecnológico;
- formar, aperfeiçoar e atualizar o magistério especializado de todo o País.

Para cumprir o primeiro objetivo, além dos recursos organtários normais de cada estabelecimento, providenciaram-se financiamentos externos, capazes de proporcionar, com rapidez, a compra de aparelhos, instrumental e maquinária para 88 escolas, tanto de aprendizagens como de nível técnico.

De 10 países europeus a saber, França, Tchecoslováquia, Dinamarca, Hungria, Alemanha Ocidental, Suíça, Itália, Alemanha Oriental, Polónia e Rússia, os financiamentos atingiram US\$..... 12.810.110,03 dólares. As técnicas abrangidas foram mecânica de máquinas, equipamentos auxiliar de ensino (áudio-visuais, laboratório de línguas, etc), eletrônica, eletrotécnica, têxtil, edificações e estradas, metalurgia, química, curtimento, cerâmica e artes gráficas.

A operação completa de recebimento de milhares de máquinas, oriundas dos portos e fábricas as mais variadas e distantes, foi praticamente ultimada. Procedeu-se, em ritmo acelerado, a implantação desse equipamento nas escolas.

Para tanto, foi indispensável reformar muitas instalações, construir e reconstruir, pavilhões, num esforço planejado de âmbito nacional.

Conjugado com este trabalho, completando-o, concretizou-se o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o qual o Brasil firmou convênio, no valor de 3 milhões de dólares, para a compra de equipamento nacional. A contrapartida brasileira, organtariamente já assegurada, foi de 1 milhão e 650 mil dólares. Esse financiamento, além de implementar os projetos relativos a 33 estabelecimentos de ensino técnico e profissional, prevê assistência técnica às escolas, durante o período inicial de três anos. O primeiro desembolso já foi recebido.

Para integralizar a reformulação de todas as principais escolas do País, iniciaram-se entendimentos com o BNDE e o BIRD, além de prosseguirem os entendimentos com países financiadores, desejosos de celebrar contratos com o nosso.

Com relação ao segundo objetivo - a formação e a atualização do magistério especializado -, a Diretoria do Ensino Industrial prosseguiu na tarefa de criar e instalar Centros de Educação Técnica, visando especialmente a criar um ambiente adequado para motivar os professores no seu esforço de aperfeiçoamento permanente.

Três novos Centros foram instituídos, um em Salvador (CETESA), um em Belém (CETRAM), e outro em Natal (CETENS), como pontos dos mais altos nessa área de trabalho, uma vez que se tornou urgente a qualificação de professores para a expansão do ensino industrial. O de Brasília, sediado em moderno prédio, devidamente equipado, foi inaugurado com a presença do Exmo. Presidente da República. Trata-se de instituição assentada em base educacional evoluída, atendendo às necessidades peculiares da Capital Federal, já que, além de possuir cursos de nível técnico, está preparada para encaminhar / formações rápidas de profissionais qualificados em vários ofícios.

O total de recursos decorrentes dos projetos Europa e BIRD, foi, para equipamentos e obras, de R\$ 52.347.821,97.

Os Centros de Educação Técnica formaram, em 1968, 2011 professores especializados para o ensino industrial. Apesar de estarem iniciando seu funcionamento, antecipa-se, para 1969, uma triplificação de matrículas.

Ao lado deste trabalho, foram concedidas bolsas de estudo no exterior, para 25 diretores e administradores do ensino industrial. As bolsas decorrem de convênios firmados com a USAID e

com o CINTERFON (organismo da OIT para a América do Sul), trazendo grandes benefícios em favor de nosso País.

Em São Paulo, a Diretoria do Ensino Industrial Pa-
trocinou, no mês de julho, um seminário internacional de grande re-
percussão, pois congregou educadores de vários países da América Latí-
tina, objetivando o desenvolvimento quantitativo e qualificativo da
educação técnica. O encontro foi realizado em convênio com a Organi-
zação Internacional do Trabalho.

O Programa Intensivo de Preparação da Mão-de- O-
bra Industrial prosseguiu ativamente as suas atividades, proporcio-
nando treinamento, durante o ano, a 53.743 técnicos e operários espe-
cializados, sendo que 36.633 concluíram o curso e 17.115 permane-
ceram ainda em treinamento.

Os técnicos abrangem as seguintes categorias:

	Técnicos	Treinandos
Operários	22.270	12.313
Supervisores	4.299	1.093
Auxiliares técnicos	1.536	1.472
Pessoal de treinamento e ensino ...	123	753
Técnicos industriais	7.193	383
Outras categorias	"	1.096
Total	36.633	17.115

Procuraram-se várias reuniões de maior importância, para reformulação da política educacional nessa área de ensino. A DEI publicou, em edições de 10.000 exemplares, vários livros técni-
cos, bem como manuais destinados a utilização no Programa Intensivo
de Mão-de-obra Industrial. Foram firmados convênios para realização
de obras e equipamentos em ginásios e colégios técnicos estaduais e
particulares, no valor de R\$ 4.176.950,00.

Realizaram-se cursos de atualização de professores, nos campos da eletrotécnica, física e usinagem mecânica.

Em 5 de novembro, foi sancionada a Lei nº 5.524, de corrente de anteprojeto elaborado pela Diretoria de Ensino Industrial, referente à regulamentação da carreira do técnico industrial de nível médio. Trata-se de uma antiga aspiração dos profissionais desse ramo de atividades, que tiveram o seu status reconhecido pelo novo instrumento legal.

Com esse diploma legislativo, o Governo cumpre uma das diretrizes mais importantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento, no setor educacional, que é a profissionalização do ensino médio, sem prejuízo da formação geral.

Capacidade na atividade técnica industrial, o jovem já poderá, de ora em diante, exercer autônomo sua profissão regulada em lei, ingressando desde logo, no campo da produção econômica, se não quiser ou puder prosseguir nos estudos de nível superior. Será essa, sem dúvida, uma promoção de alto sentido na política de valorização da juventude e ascensão social do homem brasileiro.

3.3 - Ensino Agrícola

Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, passaram para a alçada desta Secretaria de Estado todos os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura. Logo de então, tem sido promovida uma série de modificações relacionadas com as normas de ensino e da administração dessas unidades, objetivando a integração do ensino agrícola na estrutura do MEC. Com essa finalidade, foi expedida a Portaria Ministerial nº 667, de 19.9.69, dispondo sobre as normas reguladoras do ensino agrícola, adotando-se as inovações que se faziam necessárias.

Foram elaborados, pela Diretoria do Ensino Agrícola, os seguintes estudos, que merecem referência especial:

- a) anteprojeto de regulamentação da profissão de técnico-agrícola;
- b) anteprojeto de decreto regulamentando a Lei nº 5.465, de 3.7.63;
- c) projeto de desenvolvimento do ensino agrícola, para obtenção de recursos financeiros do BIRD.

Promoveu-se, ainda, a organização do Curso de Formação de Mão-de-Obra Rural Qualificada, em pecuária, já em funcionamento, no Município de Urutai, em Goiás.

A matrícula foi, no corrente ano, de 13.466 alunos, em todo o sistema. Em relação ao ano anterior, por cursos regulares ministrados nos estabelecimentos subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o aumento de matrículas foi o que segue:

a) curso colegial agrícola	1.462
b) curso ginásial agrícola	283
c) curso colegial de economia doméstica rural	51
d) curso ginásial de economia doméstica rural	18
TOTAL	1.814

Criaram-se três (3) escolas-fazendas-piloto, onde se processará ensino experimental. Bomfim relêve tornou-se a instalação do Centro de Educação Técnica, em Brasília.

Realizaram-se vários cursos de educação doméstica, no meio rural, tendo havido 1.260 participantes, nos Estados de Minas Gerais, Sergipe e Espírito Santo.

De acordo com o convênio MEC-USAID, foram organizados cursos para atualização e aperfeiçoamento de professores.

Dois técnicos de ensino agrícola, depois de se beneficiarem de cursos de treinamento avançado, passaram a integrar Con-

tro que dá assistência técnica.

Para esses programas os recursos da USAID somaram R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros novos) e a contrapartida nacional foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos).

O DNE concedeu-lhe auxílio de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil cruzeiros novos).

A Diretoria de Ensino Agrícola distribuiu recursos no valor de R\$ 807.862,00 (oitocentos e sete mil, oitocentos e sessenta e dois cruzeiros novos), para a expansão e melhoria do ensino.

O Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP II) prestou-lhe assistência técnica.

Beneficiaram-se, também, vinte (20) cursos de economia doméstica rural.

3.4 - Ensino Comercial

A matrícula, nessa modalidade de ensino, foi, em 1967, de 325.557 alunos, enquanto no corrente ano de 392.578.

O incremento está representado em 20,59%.

A Diretoria do Ensino Comercial autorizou 150 novos cursos de segundo nível - colégios comerciais, o que significa aumento de 12% sobre o ano anterior. Tal crescimento acarretou problemas relativos ao recrutamento do corpo docente.

Continua em aperfeiçoamento o sistema de ensino funcional ou de classes-espréças, altamente motivador.

No Estado da Guanabara, os três Centros que integram o Colégio Clóvis Salgado, propiciaram treinamento e aperfeiçoamento do magistério e demais profissionais de ensino comercial. Com vistas a esse programa, foram aplicados R\$ 459.000,00 (quatrocentos e

e cinquenta e nove mil cruzeiros novos) e oferecida oportunidade de cursos especiais, de atualização, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros novos).

Concluíram-se obras em colégios e escolas vinculadas à Diretoria, tendo sido equipados os Centros de Treinamento e as várias estabelecimentos de ensino. Para tal equipamento, foram assinados 85 convênios, no valor de R\$ 371.000,00 (trezentos e setenta e um mil cruzeiros novos).

Para melhoria de três (3) Escolas de Hotelaria existentes, a Diretoria do Ensino Comercial contribuiu com a importância de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil cruzeiros novos).

A assistência técnica se fez por meio de visitas, missões pedagógicas e outras formas de contacto.

Nova modalidade de aperfeiçoamento introduziu-se, no corrente ano, nas diversas regiões do País, com vistas a enfrentar a necessidade de recrutamento de corpo docente qualificado. Foram criados cursos, muitas vezes sob a forma de instrução programada, que funcionam sob a supervisão dos Centros de Habilitação e Treinamento de Lins (SP), Porto Alegre (RS), e da própria Diretoria do Ensino Comercial, no Estado da Guanabara.

Embora dotada de limitados recursos, a Diretoria do Ensino Comercial exerceu uma ação razoavelmente ampla, que se caracterizou pela coerência mantida com os propósitos de desenvolvimento nacional. Tais diretrizes incluem, sem dúvida, o preparo de técnicos em grau médio para as atividades terciárias: serviço, comércio, administração. No mundo moderno, dá-se grande relevo à formação da infra-estrutura de técnicos desse nível, responsável por importantes parcelas, no processo de desenvolvimento econômico.

3.5 - Ensino Médio nos Territórios

O orçamento, para o ensino médio, no Ministério do Interior, transferido para o de Educação, foi de R\$ 3.000.000,00 ... (três milhões de cruzeiros novos).

Ofereceram-se bolsas no valor de R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil cruzeiros novos), distribuídas pelos Territórios de Amapá, Roraima e Rondônia.

Construíram-se, no Amapá, o Colégio Amapaense, o Ginásio Feminino e o Colégio Comercial.

Em Roraima, foram edificadas prédios para ginásios em Porto Velho, Guajará-Mirim e Rorondônia; e duas Escolas técnicas de comércio (Porto Velho e Guajará-Mirim).

As demais construções, a que nos referimos no item do ensino primário, como casas de estudante e de professor, bibliotecas, museus e estádio, beneficiaram também este nível de ensino.

4. ENSINO SUPERIOR

O Governo instituiu um Grupo de Trabalho para "estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País".

Apresentou a concepção da reforma universitária, através de enunciação de princípios. Quanto ao regime jurídico e administrativo da Universidade, optou-se pela manutenção das atuais autarquias, desde que dotadas de maior grau de autonomia e de mecanismos / flexíveis que liberem as instituições dos entraves burocráticos. Sugeriu-se nova perspectiva para a administração da Universidade, permitindo um equilíbrio nas relações entre comunidade, universidade e Estado. Nesse sentido, ainda se intensificou o processo de racionalização da administração universitária.

Relativamente ao aspecto estrutural, endossando as linhas da reforma anterior, consubstanciada nos decretos-leis nº 53 / 66 e 252/67, contribuiu-se com o estudo relativo às diretrizes gerais para a expansão do ensino superior.

Propôs-se a articulação da escola média com a superior, partindo da Indicação nº 43/67, do Conselho Federal de Educação, e fixaram-se novas funções para o concurso vestibular, com orientação geral a presidir sua realização.

Passando a reformular a perspectiva dos cursos superiores, a Reforma equacionou a necessidade de hierarquizá-los, prevendo carreiras curtas ao lado das tradicionais, e intensificando os cursos de pós-graduação, para cuja realização se indicou a criação dos Centros Regionais.

A reformulação do Estatuto do Magistério permitiu a adoção de inovações substanciais. Partindo de uma filosofia da docên-

cia universitária aplicável a todo o ensino superior do País, unificou-se a carreira do magistério, com a concepção de que todo professor deve pesquisar e todo pesquisador ensinar. Instituiu-se, como regra, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Promoveu-se corajosamente a extinção da cátedra, substituída pelo departamento, que programará e realizará em sistema aberto e associado, as atribuições de ensino e pesquisa dos docentes.

O Grupo tomou, como plano de referência, os interesses do corpo discente, pensando no problema da reforma universitária em função do aluno, já que este é destinatário imediato de todo o esforço educacional.

Na quantificação do ensino superior, enunciou-se a política assentada na necessidade de crescimento integrado do sistema de ensino, apresentando-se critérios para que sejam formula das metas mínimas de expansão, e previsto um mínimo de aumento intensivo até 1975.

Na execução imediata dessas diretrizes, instituiu-se Grupo de Trabalho para elaborar o programa proposto, em termos de viabilidade prática, recomendando-se medidas imediatas, em gestões / junto às instituições de ensino, para encaminhar e deflagrar o processo de expansão da educação superior.

O exame dos recursos para educação foi o ponto fundamental da reforma universitária. Sem que fossem eles consideravelmente aumentados, não seria possível promover qualquer reformulação do sistema universitário, em dimensão mesmo restrita dos programas de ensino. Nesse sentido, propõe-se a criação de um organismo capaz de captar recursos, para financiar o desenvolvimento educacional e promover a integração dos planos orçamentários das universidades e estq

estabelecimentos isolados de ensino superior.

No contexto da reforma universitária, estão presentes, até aqui, os seguintes instrumentos legais:

- 1 - Lei nº 5.540, de 28.11.68 -, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e dá outras providências.
- 2 - Lei nº 5.539, de 27.11.68 -, que modifica dispositivos do Estatuto do Magistério Superior e dá outras providências.
- 3 - Decreto nº 63.335, de 1.10.68 -, que constitui Comissões de especialistas para o estudo de questões de educação e ensino.
- 4 - Decreto nº 63.341, de 1.10.68 -, que estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências.
- 5 - Decreto nº 63.343, de 1.10.68 -, que dispõe sobre a instituição de Centros Regionais de Pós-Graduação.
- 6 - Decreto nº 63.344, de 1.10.68 -, provendo sobre medidas para a inspeção dos estabelecimentos de ensino.

Ao mesmo tempo, foram apresentados o relatório e as conclusões do trabalho do Grupo incumbido de estudar a expansão do ensino superior.

Como decorrência, tornaram-se aprovadas, mediante decreto-lei nº 405, de 31.12.68, as condições de acesso, em 1969, no mínimo, de 110.000 novos alunos, de nível de ensino superior do País, representando esse esforço um aumento de cerca de 40.000 matrículas, em relação ao ano letivo de 1968.

Acentuou-se, simultaneamente no corrente ano, a expansão física do sistema de ensino superior. Pela Diretoria do Ensino Superior, passaram 46 pedidos de autorização de funcionamento de

novas escolas, os quais foram encaminhados, em parecer conclusivo, ao Conselho Federal de Educação.

Em 1966, a matrícula geral foi de 180.109 alunos; no ano passado, de 212.882 alunos (*) e no corrente, de 232.839 o que representa incremento de mais de 34%, em relação a 1967, e de mais de 55%, em relação a 1966. Nessas cifras, não está computada a formação de jovens brasileiros em outros países, em conformidade com as disposições de acordos culturais existentes.

O Governo promoveu o aumento de vagas nos cursos de nível superior, associando essa política à do desenvolvimento econômico-social do País. Foram, por isso mesmo, consideradas áreas prioritárias para a formação superior: medicina, engenharia, química, arquitetura, odontologia, farmácia e enfermagem. Tratamento especial também se deu à preparação de professores de ensino médio.

Desenvolveu-se, assim, um programa integrado, do qual resultou a concessão de auxílio financeiro para o equipamento e o reequipamento dos estabelecimentos de ensino daquelas áreas, bem como para a implantação e a expansão de cursos considerados prioritários.

No corrente ano, a Diretoria do Ensino Superior celebrou convênios no valor de R\$ 16.805.431,65 (dezesseis milhões oitocentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e um cruzeiros novos e sessenta e cinco centavos), destinados aos seguintes programas:

- a) obras, equipamentos e auxílios de manutenção - R\$ 16.161.111,65 (dezesseis milhões, cento e sessenta e um mil, cento e onze cruzeiros novos e sessenta e cinco centavos);
- b) instalação de instituições de ensino - R\$ 230.180,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros novos e cento e vinte centavos);

(*) O Serviço de Estatística da Educação e Cultura forneceu, em 1967, o número de 213.741 alunos; no corrente ano, retifica para o número acima citado.

- c) manutenção da Campanha de Meteorologia - R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos);
- d) realização de congressos e reuniões - R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros novos);
- e) continuação dos estudos do Plano Piloto de ensino integrado de odontologia - R\$ 41.200 (quarenta e um mil e duzentos cruzeiros novos);
- f) atividades do Conselho de Reitores das Universidades - R\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros novos);
- g) colaboração ao Projeto Rondon - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros novos);
- h) festival de arte universitária e programas de comunicação social - R\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros novos);
- i) pesquisas e levantamentos de dados que interessam ao ensino superior - R\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros novos).

Foram pagos, para as matrículas de excedentes em 1967, R\$ 12.113.503,05 (doze milhões, cento e treze mil, quinhentos e oitenta e três cruzeiros novos e cinco centavos), tendo havido, para tanto a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 15.688,747,11 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e sete cruzeiros novos e onze centavos).

Para atender à matrícula dos excedentes, no corrente ano, foram assinados convênios que somaram R\$ 3.404.370,00 .. (três milhões, quatrocentos e quatro mil, trezentos e setenta cruzeiros novos).

A fim de ampliar o número de matrículas no ensino superior, concederam-se bolsas de estudo no valor de R\$ 67.000,00.. (noventa e sete mil cruzeiros novos), correspondentes a 202 estabelecimentos de ensino. Além disso, distribuíram-se 458

bolsas avulsas, no valor de N\$135.260,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos e sessenta cruzeiros novos), a alunos carentes de recursos.

Cooperando com o Ministério das Relações Exteriores na política de intercâmbio cultural, foram concedidas 265 matrículas a estudantes estrangeiros, quase todos de países sul-americanos.

R Registraram-se 1.311 diplomas de ensino superior, sem prejuízo da delegação conferida, nesse sentido, às Universidades oficiais.

Foram autorizadas a funcionar, no corrente ano, 70 instituições de ensino superior, nas seguintes áreas de formação profissional:

- 1 de administração
- 1 de agrimensura
- 1 de agronomia e zootecnia
- 1 de veterinária
- 2 de belas artes
- 15 de ciências econômicas
- 7 de direito
- 1 de enfermagem
- 9 de engenharia
- 17 de filosofia
- 11 de medicina
- 1 de música
- 1 de educação física
- 1 de serviço social
- 1 de química

Foram autorizados, ainda, os seguintes 13 (treze) cursos, em escolas já em funcionamento:

- 1 de ciências domésticas
- 1 de educação rural
- 2 de licenciatura de ciências
- 1 de farmácia-bioquímica
- 2 de ciências contábeis
- 1 de orientação educacional
- 1 de administração
- 1 de psicologia
- 1 de engenharia civil
- 2 de matemática

Foram criadas ou implantadas, no corrente ano, 4 (quatro) Universidades, a saber:

- 1 - Universidade de Passo Fundo (particular), no Rio Grande do Sul;
- 2) - Fundação Universidade do Piauí (federal);
- 3 - Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande e na Paraíba;
- 4 - Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo.

A Diretoria do Ensino Superior prestou valioso serviço de assistência técnica às Universidades e às escolas isoladas federais, na elaboração dos respectivos programas de trabalho e orçamento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concedeu, em 14 Estados da União, auxílios na importância de R\$ 3.186.892,00 (três milhões, cento e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e dois cruzeiros novos).

Tais auxílios foram, em grande parte, destinados ao reequipamento de escolas que participam do programa de treinamento avançado de professores e pesquisadores e aplicados nas á-

áreas prioritárias ao desenvolvimento do País: medicina, engenharia, química e institutos básicos de ciências.

Foram concedidas, no corrente ano, para cursos nacionais de pós-graduação, 595 bolsas, no total de R\$ 2.421.717,20.. (dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta e sete cruzeiros novos e vinte centavos), deduzidas as quotas devidas à Ford Foundation, no valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos cruzeiros novos), assim distribuídas:

1) ciências básicas	112	R\$ 486.390,00
2) ciências bio-cínicas	223	R\$ 927.984,00
3) engenharia e tecnologia	201	R\$ 813.740,00
4) ciências humanas	59	R\$ 157.142,70

Para o exterior, concederam 9 (nove) bolsas no valor de R\$ 157.267,96 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta e sete cruzeiros novos e noventa e oito centavos), assim distribuídos:

1) ciências básicas	1	R\$ 25.187,70
2) ciências médicas	2	R\$ 19.385,05
3) tecnologia	2	R\$ 74.975,26
4) ciências humanas	5	R\$ 37.719,96

Como contribuição à complementação de 53 (cinquenta e três) bolsas no exterior, foi aplicada a quantia de R\$ 9.966,59 .. (nove mil, novecentos e sessenta e seis cruzeiros novos e cinquenta e nove centavos), desta forma:

1) ciências básicas	1	R\$ 441,00
2) ciências médicas	2	R\$ 5.522,03
3) tecnologia	1	R\$ 2.334,20
4) ciências humanas	1	R\$ 1.869,36

Para renovação de 53 bolsas no exterior, despendeu-se a importância de R\$ 735.948,60 (setecentos e trinta e cinco mil, noventa e quatro e oito cruzeiros novos e sessenta centavos), as - - - - -
 sem repartidas:

1) ciências básicas	13	R\$ 170.220,10
2) ciências médicas	8	R\$ 92.713,05
3) tecnologia	24	R\$ 361.619,85
4) ciências humanas	16	R\$ 111.323,60

As parcelas totais aplicadas em bolsas de estudo aq - - - - -
 ceçaram, portanto, a quantia de R\$ 1.126.239,17 (um milhão, cento e - - - - -
 vinte e seis mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros novos e dezesse - - - - -
 te centavos).

Nas condições ainda não satisfatórias de disponibi - - - - -
 lidade de recursos financeiros, constituia esse programa, sem dúvida, - - - - -
 um vigoroso apoio aos Centros de Pesquisas e Treinamento Avançado do - - - - -
 País e do aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, em função das - - - - -
 necessidades ditadas pelo desenvolvimento nacional.

Após cuidadosos estudos e trabalhos, o Ministério / - - - - -
 procurou e, ao mesmo tempo, aceitou o oferecimento, de expressivas li - - - - -
 nhas de crédito externo que, sem onerar o Tesouro de uma só vez, pu - - - - -
 dessem financiar o reequipamento das Universidades e estabelecimentos - - - - -
 isolados de formação superior, no sentido de lhes permitir a necessá - - - - -
 ria qualificação do ensino, tão reclamada pelo progresso do País.

Assim, prosseguiu nas suas gestões junto ao BID, com - - - - -
 o qual foi assinado contrato de financiamento no valor de US\$25 milhões - - - - -
 de dólares.

As agências financeiras da República Democrática A - - - - -
 lema, da República Popular da Hungria, da República Popular da Poló - - - - -

nia, da República Socialista da Tchecoslováquia, e da Dinamarca, proporcionaram, a seguir, financiamentos que se elevaram a US\$34.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares), destinados a instrumental de ensino superior.

Por outro lado, foram obtidos, de organizações econômicas helvéticas, financiamentos no valor de F\$30.500,00 (trinta milhões e quinhentos mil francos suíços).

O Governo acaba de autorizar o empréstimo de.... US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares) à Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do grupo econômico que compõe o Conselho para a América Latina.

Foi a primeira vez que se cuidou, em tal escala, do equipamento das Universidades e estabelecimentos isolados de nível superior.

Até março vindouro, já estarão, nas escolas, materiais no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares).

Esse esforço do Governo constitui, sem dúvida, uma resposta ao desafio do atual momento e visa a atender aos reclamos da juventude brasileira, sequiosa de um melhor preparo para servir à sociedade.

Junto à Diretoria do Ensino Superior, concluiu seus trabalhos, durante o ano em curso, a Equipe de Assessoramento para o Ensino Superior, constituída para estudar expansão e o aperfeiçoamento, a curto e longo prazo, do sistema de ensino de maior alto nível no País, através do processo de planejamento.

A SAPIB apresentou longo relatório que, acompanhada das respectivas conclusões, foi aprovada pelo Presidente da República, e remetendo para os fins convenientes, ao exame dos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e do Conselho Federal de Educação.

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Um dos mais sérios problemas, no Brasil, é o pertencente ao campo do ensino obrigatório destinado a um grupo variado de educandos.

5.1 - Educação de deficientes mentais

A educação, treinamento e reabilitação de um deficiente mental, compreendendo toda a problemática do diagnóstico e avaliação, é orçada em R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros novos), por ano. Segundo os cálculos da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEM), há, no Brasil, cerca de 5.000.000 de excepcionais, sendo que apenas 0,2%, isto é, 10.000 são atendidos. Seriam necessários R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros novos) anuais para enfrentar convenientemente o problema.

No orçamento da União, a verba para esse fim atribuída à CADEM, não foi superior a R\$ 630.000,00 (seiscentos e oitenta mil cruzeiros novos). Somada a saldos de exercícios anteriores, atingiu R\$ 1.237.063,64 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, sessenta e três cruzeiros novos e sessenta e quatro centavos).

Para construção de escolas ou salas de aulas destinadas a ensino nesse setor, foi entregue, mediante 39 convênios, a entidades de diversos Estados, a importância de R\$ 1.130.200,00 (um milhão cento e trinta mil e duzentos cruzeiros novos).

Visando à realização de cursos, a Campanha assinou convênios com entidades do Estado da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos cruzeiros novos).

Em 1968, realizou-se o 3º Congresso Nacional das di -

versas Associações de Pais dos Excepcionais, com a contribuição de NT10.000,00 (dez mil cruzados novos), por parte do Ministério. Para a realização da IV Semana Nacional da Criança Retardada, em Belo Horizonte, fôz-se presente, também, a colaboração desta Secretaria de Estado. Concederam-se auxílio, por igual, para aperfeiçoamento de professores.

5.2 - Educação de cegos

O Instituto Benjamin Constant prosseguiu realizando, no âmbito federal, a educação especial dos cegos.

No corrente ano, frequentaram seus cursos 668 alunos externos e 230 internos, perfazendo o total de 948.

Para auxiliar êsse tipo de educação nos Estados do Pará, Guanabara e Rio Grande do Sul, celebraram-se convênios, que ha beneficiaram 242 alunos.

A Biblioteca adquiriu 604 livros. Foram-lhe inauguradas novas instalações.

Os grandes melhoramentos, no corrente ano, passaram a ser os seguintes:

- a - criação de cursos de locomoção -, que habilitaram 8 alunos;
- b - iniciação de curso de judô, com 11 alunos;
- c - melhoramentos nas oficinas e mais amplas instalações para artes domésticas;
- d - montagem das oficinas de artes industriais;
- e - requisição do museu didático;
- f - publicação dos números 197 e 208 da Revista para Cegos e criação da Revista Teto, da qual se editaram dois números.

Realizaram-se cursos de especialização para professores, sendo celebrado convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, com 17 alunos inscritos e 9 diplomados.

Promoveu-se, no Instituto Benjamin Constant, curso para o ensino da escrita Braille à videntes. Dos 40 alunos inscritos, 23 concluíram-no satisfatoriamente.

O Curso de Abreviatura Braille da Língua Portuguesa, em nível alto, foi aberto a professores do Instituto, para se atualizarem, bem como aos do Instituto Oscar Clark, do Estado da Guanabara, e a ex-alunos do Instituto Benjamin Constant. Funcionou segundo regime intensivo, nas férias de julho, com 70 alunos, dos quais 59 finalizaram.

No Setor de Orientação Educacional, houve grande atendimento dos alunos, pais, médicos e responsáveis,

O Instituto dá assistência médica aos alunos e possui uma Seção de Serviço Social, que concede bolsas, na Aliança Francesa, a dos alunos e, na Cultura Inglesa, a dois.

Para ampliar possibilidades de leitura e estudo, foram transcritas em Braille obras de 30 obras novas.

Houve doação de 3.153 livros, em Braille, a diversas instituições de cegos no País.

5.3 - Educação de surdos

A educação dos deficientes da audição é feita pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Teve grande expansão o ensino de nível médio, com o desenvolvimento do Ginásio Orientado para o Trabalho, matriculando, 403 alunos.

Funcionaram, ainda, cursos de ensino pré-primário, primário, de aprendizagem profissional, de admissão ao ginásio e de alfabetização de adultos.

No corrente ano de trabalho, o Instituto habilitou 23 professores no Curso de Especialização para Surdos, sendo 4 do Paraná, 5 do Pernambuco, 1 da Bahia, 2 de Brasília, 7 de Minas Gerais, 3 de Santa Catarina e 1 da Bolívia - profissionais que retornarão às suas regiões para difundir o ensino especial de surdos.

Tendo-se em vista a descentralização do ensino, foram assinados convênios, com várias instituições, nos Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará.

Para auxiliar a manutenção de escolas de surdos, nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Guanabara e Paraná, vieram a ser celebrados 12 (doze) convênios, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos).

Com o objetivo de orientar os educadores de surdos, procedeu-se à impressão e distribuição de 10 (dez) livros e folhetos sobre assuntos especializados.

6. EDUCAÇÃO FÍSICA

Programa específico é o de educação física, que penetra em todos os níveis de ensino, ao mesmo tempo que transcendendo o ambiente escolar.

Através da educação física, prepara-se a juventude para os seus deveres de cidadania e também oferece-se oportunidade para boa utilização do lazer. Isso sem falar que ela é elemento indispensável à saúde, ao desenvolvimento harmônico do corpo, refletindo-se, também, no do espírito.

A Divisão de Educação Física, que integra o Departamento Nacional de Educação, supervisiona as escolas isoladas superiores de educação física, cuja principal finalidade é formar professores. No corrente ano, foi criada uma, já havendo oito outras, sem falar nas que integram Universidades autônomas.

Através das suas onze Inspetorias Regionais, foram fornecidos cursos de aperfeiçoamento (atualização), promovidas campanhas de aprendizagem desportiva e criadas quadras e balneários de praia, incentivando a prática da educação física.

Na instalação de Parques de Recreação Infantil, tiveram aplicação recursos no montante de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil cruzeiros novos), o que demonstra a atenção do Governo para o programa de assistência à infância, que recebeu, no corrente ano, 397 parques de recreação.

Cumprindo o seu desiderato de expansão da educação física, o Ministério da Educação e Cultura concedeu R\$ 24.950,00 (trezentos e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta cruzeiros novos), para a ampliação dos Centros de Educação Física, nas seguintes unidades: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Dis-

trito Federal, Bahia, Pernambuco, Ceará, Guanabara, Alagoas, Sergi-
pe, Rio de Janeiro e Território de Roraima.

Os Centros de Educação Física são classificados em
três categorias; sendo que a de primeira abrange campo de recreação,
campo de educação física, quadra de jogos, vestiário, ginásio e pig-
eima.

Foram concedidas bolsas de estudo em escolas supe-
riores de educação física, beneficiando 149 alunos, com o suprêgo de
R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil cruzeiros novos).

VI - PROMISSAS EM EDUCAÇÃO

Sem falar nas pesquisas que se desenvolvem nas Universidades, e nos centros de ciência, em colaboração com o Conselho Nacional de Pesquisas, ocorreu intensa incidência dessa atividade, na área dos serviços peculiares ao Ministério da Educação e Cultura.

Através de órgãos especializados, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tem realizado e promovido amplos estudos, que vem exercendo inequívoca influência ao aperfeiçoamento do ensino e ao encaminhamento de soluções para os problemas da cultura. Dêles valeu-se o Ministro de Estado, para a formulação dos princípios gerais da política a ser desenvolvida pelo MEC visando à ampliação de planos e programas. Tendo-se em conta o conveniente aproveitamento dos trabalhos realizados, operou-se a intercomunicação das conclusões e dados recolhidos, nos diversos órgãos ministeriais.

No exercício a findar, o INEP ampliou suas pesquisas e levantamentos educacionais e sociais, na base de um programa que compreende de forma coordenada, através dos seus seis Centros Regionais, estudos sobre os problemas das diversas áreas das investigações educacionais, especialmente as de maior interesse para o fortalecimento da política educacional da Revolução de Março. Métodos e processos em uso foram reexaminados, à luz daqueles trabalhos, tendo como objetivo o aperfeiçoamento das atividades do magistério. Ofereceu, assim, o INEP, na base dessas promoções educacionais, subsídios para a solução dos mais urgentes problemas e implicações nos vários ramos e graus de ensino.

Na área de ensino primário, estão em curso pesquisas que visam a caracterizar as causas de sua atual situação deficiente e propor soluções que leve a um aumento de produtividade de

sistema educacional e a um atendimento adequado aos alunos. As soluções propostas, nesse setor, estão sendo procuradas por meio de análises de sistemas de ensino de países mais avançados em educação, com a devida adequação às condições brasileiras. Esse programa de trabalho está enquadrado na Operação-Escola, cuja meta geral é a elevação do nível de atendimento do ensino primário, em quantidade e qualidade, em todo o país. No campo do ensino médio, as atividades de pesquisa visam, principalmente, a oferecer elementos normativos à política educacional, no sentido de proporcionar, aos que terminam os respectivos cursos, conhecimento mais completo do campo profissional e orientação para a escolha mais própria da carreira a seguir. Na área universitária, pesquisas estão em curso especialmente para fixar a correlação útil entre o número de profissionais em atividade e os contingentes populacionais que necessitam dos seus serviços.

O INEP publicou, regularmente, a sua excelente Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, com valiosa colaboração de educadores.

As pesquisas musicais, realizadas pelo Instituto Villa-Lobos, foram a base para a ampliação do estudo da arte musical. Essas pesquisas, que contaram com toda a assistência, desenvolveram-se, principalmente, no campo da linguagem musical contemporânea. Graças às mesmas, o Instituto Villa-Lobos projeta-se, já nesta altura, como o centro mais avançado, na América Latina, de estudo fundamental da música concreta, eletrônica e cibernética.

Também foram abertas novas perspectivas para o ensino da astronomia, graças à amplitude e alcance das pesquisas realizadas. O Observatório Nacional, em seus esforços desenvolvidos, alcançou estimáveis resultados naquele setor de trabalho, inclusive na busca de convênios de cooperação com outras entidades. A fim de melhorar

preparar o pessoal docente, para essa nova fase dos estudos da astronomia, o Observatório Nacional está participando de curso de mestrado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, para formação de pessoal em nível de pós-graduação, das Universidade Federais de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mackenzie.

O Observatório elaborou os seguintes projetos, no desenvolvimento de suas atividades:

- 1) modernização de Serviço de Hora, com aquisição de equipamentos;
- 2) modernização da estação emissora de sinais horários;
- 3) instalação de tubo Zenital fotográfico, na Guanabara ou adjacências, para pesquisa astronômica;
- 4) instalação da estação equatorial de astrolábio, para determinação da hora e da latitude;
- 5) fixação do sítio para instalação do Observatório Astrofísico, em atendimento com o Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica e a Universidade Mackenzie;
- 6) Reequipamento do Observatório Magnético de Taquoca (Belém).

A Fundação Casa de Rui Barbosa, além dos trabalhos de pesquisa, teve aberta a sua biblioteca, da qual se beneficiaram 870 consultantes.

Procedeu à reorganização da documentação, do arquivo e do museu

O Centenário Cívico de Rui Barbosa, comemorando seu primeiro discurso político (1968), ensejou uma Exposição comemorativa, na sede da Escola Superior de Desenho Industrial, que contou com a média de 139 visitantes por dia.

A Casa devota-se à divulgação da obra de Rui Barbosa e cuida de publicações que interessem à língua portuguesa.

O Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa muito produziu no corrente ano, sendo publicadas várias obras, reeditando / trabalho de grande brasileiro.

No Setor de Filosofia, foram publicados três trabalhos de real valor:

- 1) vol. II de "O Livro de VITA CHRISTI em linguagem Portuguesa" - edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495, cotejado com os autógrafos;
- 2) bibliografia da crítica literária em 1967, através dos jornais cariocas;
- 3) vol I da Obra Crítica de Nestor Vitor.

O Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais prosseguiu nos trabalhos de pesquisas e concluiu diversos inquéritos sociais, nos campos de abrangimento de suas atividades.

Em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, foram realizadas os trabalhos de pesquisa sobre Organogramas Familiares (1967 / 1968), como parte do plano global de levantamento do mercado em algumas cidades brasileiras, paralelamente a uma abordagem que vem sendo feita em diversas áreas latino-americanas.

O inquérito foi levado a efeito pelo método de mençória, levantando-se, simultaneamente, as despesas, as rendas e as variações patrimoniais.

No VII Seminário do Programa de Estudos sobre Integração Econômica da América Latina, reunido no México em 1966, decidiu-se à base de experiências recolhidas em pesquisas-piloto, ser o método de memória, para as análises de consumo, tão suficiente quanto o método de anotação.

O número de questionários preenchidos elevou-se a 705, correspondendo a 350 unidades familiares e a 275 repetições, procedendo-se levantamento por trimestres, a fim de possibilitar a medição das variações estacionais que se observa no consumo de vários produtos.

Contando-se com os trabalhos preliminares, que antecederam a pesquisa, e com os finais, de revisão e codificação, a Pesquisa sobre Orçamentos Familiares se estendeu de janeiro a dezembro de 1967 a outubro de 1968, num período total de 20 meses.

No período de abril de 1967 a março de 1968, o Instituto promoveu, ainda, o levantamento de estruturas de consumo na cidade de Recife, em decorrência de um convênio igualmente firmado com a Fundação Getúlio Vargas.

Em face da realização do II Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, sendo um dos patrocinadores o Instituto Joaquim Nabuco, resolveu-se proceder a uma análise estatística preliminar das informações colhidas no tocante aos hábitos de consumo alimentar, dentro de esquema de tabulação já anteriormente utilizado.

No estudo foram focalizados, em resumo, três pontos:

- a) distribuição da receita familiar;
- b) estrutura das despesas familiares; e
- c) os hábitos alimentares, nos quais se dá maior importância.

Os dados vieram a ser apurados e analisados segundo os diversos grupos de renda estabelecidos no plano geral da pesquisa.

O tamanho médio das famílias pesquisadas cresceu em sociedade aos níveis da renda familiar, passando praticamente de 3 pessoas/família no primeiro grupo de renda, para 7 pessoas/família nas últimas classes.

Na avaliação da receita, verificou-se que esta é, em média, nas famílias pesquisadas, da ordem de R\$ 353,30, ou, aproximadamente, 4,1 vezes o salário-mínimo regional vigente na época, refletindo-se esse baixo nível econômico no consumo alimentar pessoal e, conseqüentemente, no padrão dietético de sua população.

Quanto à origem da receita, são o salário, vencimento ou sôlo que oferecem a maior contribuição, seguindo-se os valores procedentes de negócios ou de exercício de profissão liberal, social ou autônoma. Para os grupos de renda mais baixa, a pesquisa constatou que as receitas eram provenientes do exercício de atividade sem vínculo empregatício ou de outra natureza.

Na parte mais essencial da pesquisa - consumo alimentar -, foram selecionados aqueles artigos de consumo mais significativo, após terem sido revisados os quantitativos declarados pelos informantes, para correção das possíveis distorções.

Os resultados encontrados na pesquisa, revelam, no tocante aos quantitativos alimentares consumidos, a média de 2.210 / calorias diárias por pessoa, numa oscilação entre 1.500 calorias brutas (nível de renda 1, o mais baixo) e 2.690 calorias (nível de renda 8, o mais alto), valores que não podem ser considerados como satisfatórios.

Adotando-se a estimativa das necessidades calóricas diárias de 2.350 calorias por pessoa, observa-se deficiência nos seis primeiros níveis de renda. As duas variáveis alimentos consumidos (quantidade e qualidade) e renda familiar - , estão permanentemente associadas, com forte grau de intensidade.

Se se admitir como mínimo das necessidades e consumo de 2.700 calorias/dia, somente o último grupo vive em níveis normais de nutrição.

A pesquisa também realizou comparações entre o consumo recifense e as necessidades médias diárias de cada um dos elementos componentes - glicídios (205 gr/pessoa/dia), proteídeo (50gr / pessoa/dia) e lipídios (50 gr/pessoa/dia) - verificando maior consumo de glicídios (hidratos de carbono), com sacrifício dos demais. Reduzidos estes, nos grupos de renda baixas, a níveis muito baixos, representam carências que são responsáveis não só pelos altos coeficientes de mortalidade nos grupos, etários de 0 - 1 e de 1 -4 anos, como pelos danos irreparáveis ocasionados ao desenvolvimento normal dos indivíduos, deprimindo-lhes a capacidade física e mental.

Conclui a pesquisa que as condições alimentares da população do Recife, da qual grande parte vive em regime alimentar pobre, fazem daquela cidade uma área de dieta deficitária.

Na pesquisa de produção de alimentos de origem agrícola, procurou o Instituto o levantamento de estatísticas disponíveis a respeito da produção agrícola de alguns dos principais alimentos no Nordeste, no período de 1940/45, destacando-se as produções verificadas nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1965.

O Nordeste para esse efeito considerado, é quase o Nordeste da Suíça, compreendendo os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, incluindo

Bahia, excluindo a parte setentrional de Minas Gerais.

Tem sido uma preocupação constante dos estudiosos e pesquisadores o possível desequilíbrio entre o crescimento da população e o crescimento do volume de alimento oferecido e consumido.

O desajustamento previsto por Malthus - que não se efetivou quer no tocante ao crescimento da população humana, quer no tocante à produção dos meios de subsistência -, ocorre nos últimos anos, de maneira contrária, em muitas áreas mundiais. Há gigantescas quantidades de excedentes agrícolas, alguns dos quais distribuídos aos donativos, e outros armazenados até a sua destruição, por exigências da política de manutenção de preços no mercado internacional.

Já em 1963, a Comissão Técnica do Congresso Mundial de Alimentos, reunido em Washington, concluía que "estamos em condições de produzir tudo o que é necessário para bem nutrir os homens de hoje" e que "os importantes resultados da ciência atual são capazes de vencer a fome das populações que os demógrafos preveem para futuro previsível".

Para avaliação dos recursos alimentares da região nordestina, serviram-se os autores, basicamente, dos produtos agrícolas cujas estatísticas vêm figurando nas diversas edições de "Anuário Estatístico do Brasil", onde somente apareçam aqueles cuja produção se eleva a quantidades apreciáveis.

Foram analisados os seguintes produtos de origem vegetal:

Cereais: milho, arroz e feijão;

Raízes e tubérculos: batata inglesa, batata doce e mandioca;

Verduras: cebola e tomate;

Frutas: abacaxi, laranja e coco;

Óleos vegetais: óleo de caroço de algodão e óleo de babagu;

Outros produtos: açúcar, café, cacau e amendoim.

De cada produto analisado registraram-se, para cada Estado, os seguintes dados: a quantidade (em 1.000 toneladas); o valor (em R\$ 1.000,00); a área cultivada (em 1.000 ha); e o rendimento médio por unidade cultivada (quilo/ha), constituindo esse material as tabelas anexas ao final do relatório da pesquisa.

As breves análises feitas do comportamento de alguns dos produtos regionais revelam as possibilidades que existem, no Nordeste, de serem multiplicadas as suas colheitas, se às culturas agrícolas for dispensada a atenção e os cuidados que exigem.

Nos últimos 25 anos, se se comparar o volume da produção com os efeitos populacionais, verifica-se ter havido, em relação a alguns produtos, um crescimento muito reduzido nos níveis de produção/habitante/ano.

Salienta ainda a pesquisa que, no Nordeste, a agricultura, com estrutura econômica já superada, não vem tendo um desenvolvimento à altura do desenvolvimento industrial. Enquanto as novas fábricas se instalam na região, os recursos agrícolas continuam sendo explorados a um baixo nível de tecnologia e sem alocação de recursos suficientes, não se dando ao trabalhador agrícola condições para produzir ao nível do trabalhador urbano.

Os aspectos do trabalho e do lazer na zona rural, e análise sócio-econômica, a cana de açúcar e a região, a análise sócio-econômica de uma bacia de águas públicas (Vale do Bonatô), o mercado de pescado de Macaé e Aracaju, a presença de japoneses no Nordeste, a participação da mulher no mercado de trabalho e suas

Repercussões sócio-econômicas, a vizinhança e a adolescência, foram outros importantes estudos e pesquisas realizadas pelo Instituto Joaquim Nabuco, durante o ano a findar.

Além de seu Boletim, publicou âle as seguintes obras:

- 1 - Igreja, Política e Região.
- 2 - A Arte da Banda no Nordeste.
- 3 - Manifesto Regionalista (4ª ed.).
- 4 - Contribuição à bibliografia brasileira de alimentos e nutrição.
- 5 - Produção de alimentos de origem agrícola no Nordeste.
- 6 - Consumo de alimentos no Recife.

E promoveu diversas conferências e, ainda, um curso de artes populares.

VII - ASSISTÊNCIA

1 - GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA DO LIVRO

Empenhado, sobretudo, na difusão do livro e seu barateamento, foram realizadas, normalmente, as reuniões semanais do Grupo, quando se debateram os mais variados assuntos. Constituiu-se uma comissão especial incumbida de estudar as possibilidades de financiamento a livrarias e editoras, visando à ampliação das suas instalações técnicas.

Com a cooperação do Instituto Nacional do Livro, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e da Câmara Brasileira do Livro, foi realizada, entre os dias 23 e 29 de outubro, a I Semana do Livro, com o lançamento de selo postal comemorativo. Na mesma ocasião, organizou-se a Exposição do Livro Brasileiro, no salão nobre do Museu de Arte Moderna, na Guanabara.

Empenhado na isenção progressiva do imposto de renda sobre os chamados "estoques mortos", cuja venda só se processa durante longos anos, o GUIL elaborou e examinou projeto de lei nesse sentido. Igualmente, vem mantendo gestões junto ao Departamento dos Correios e Telégrafos, no sentido de obter tarifas postais para livros e o pagamento das encomendas pelo "Reembolso Postal".

Direitos autorais para a tradução de obras estrangeiras, é assunto que tem sido debatido, como também, a importação de livros impressos em português, inclusive pelos países associados da ALALC.

2- CAMPANHA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Desde sua criação, em 1955, a Campanha de Merenda Escolar tem experimentado acentuado crescimento, alcançando, já agora, os mais recônditos sertões do País, através de nove(9) Assessorias Regionais, que abrangem 3.325 municípios. Verificou-se, assim, um acréscimo de 7,3% sobre o número de ano de 1967, que era de 3.099 municípios.

Para a execução de seu trabalho, a CMAE mantém ligações diretas com organismos congêneros, como a APP (Alimentos para a Paz), o PMA (Programa Mundial de Alimentos) e FISEI (Fundo Internacional de Socorro à Infância, no campo internacional, e com clubes de sogrviços e entidades interessadas, como Lion's, Rotary e ABAE (Associação Brasileira de Alimentação Escolar), no plano nacional.

O atendimento de alimentação escolar, no decorrer de 1968, atingindo 85% dos municípios brasileiros, num total de 67.126 escolas.

Foi além da cifra de um milhão o número de unidades escolares, representando, sem dúvida alguma, contribuição positiva para os fins da operação-escola, em que tanto se expenhe o Governo.

Durante o ano, foram ministrados 120 cursos, visando à seleção de alimentos baseada em seu valor nutritivo, aceitabilidade, custo, facilidades de obtenção e elaboração, ensinando o preparo de merendas e lanches, a organização de hortas escolares, a educação e a higiene alimentar.

A realização de outros cursos, a participação de encontros e conferências, a promoção de inquéritos, a divulgação de atividades e as providências para participação da CMAE no Projeto Rondon, foram atividades que mereceram atenções especiais no decorrer do ano.

3- COORDENAÇÃO NACIONAL DE BOLSAS DE ESTUDO

Desde quando lhe foi dada a atual estrutura, a COMBE vem cumprindo a sua função principal, qual a de conceder bolsas de estudos a alunos carentes que frequentam estabelecimentos particulares de ensino médio.

Assim é que R\$ 15.723.720,00 (quinze milhões, setecentos e vinte e três mil, setecentos cruzeiros novos) foram despendidos no corrente ano, com renovação de bolsas ou bolsas novas e, através de convênios assinados com os Governos Estaduais, dos Territórios e do Distrito Federal, com o atendimento a alunos excepcionais, filhos dos integrantes da entidade FEB e órfãos.

4 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR

Ainda em fase de adaptação ao novo regime jurídico / instituído pela Lei nº 5.327/67, que transformou a antiga Companhia na atual Fundação, todo o trabalho desenvolvido visa a levar ao estudante brasileiro obras e material didáticos de ótima qualidade, pelo preço de custo.

Assim, com os recursos que lhe foram conseguidos, pagte ainda a receber - foi executado programa intensivo de planejamento do serviço de distribuição, inclusive com o aumento de 40 postos novos, em vários Estados.

Para se ter uma idéia do esforço desenvolvido pela FEMASE, no corrente ano, basta acentuar que a produção de cadernos e colares - altamente procurados - não sofreu qualquer interrupção e a produção de livros cresceu 200% em relação à do ano anterior.

Através dos seus setenta postos de distribuição em funcionamento, fixos e volantes, chegaram, até 31 de outubro deste ano, às mãos dos estudantes brasileiros, 329.431 obras de consulta ,

502.172 cadernos escolares e 19.449.233 peças de material escolar, tudo de a preço de custo, e que vale dizer, com acentuada e substancial economia para os adquirentes.

Independentemente dos postos mantidos, a Fundação / passou a atender pedidos diretos de estudantes e colégios, tendo tais encomendas somado R\$ 328.374,00 (trezentos e vinte e oito mil e oitocentos e setenta e quatro cruzeiros novos), até 13 de novembro passado.

Colocada entre as principais categorias agrupadas nos programas prioritários - Programas de assistência ao educando, - a Fundação tudo vem fazendo para, no seu campo de ação, apresentar os resultados positivos objetivados pelo Governo Federal.

5 - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DIDÁTICO

Continuando o programa do ano anterior, em que a COLTEC distribuiu 7.443.093 volumes, no valor de R\$21.169.468,78 (vinte e um milhões, cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros novos e setenta e oito centavos), em 68.000 / caixas-estantes, estabeleceu aquele órgão, para o corrente ano, um plano piloto, visando à aquisição e distribuição de livros didáticos aos alunos de nível primário dos municípios das capitais. Tais livros referem-se a cinco séries primárias e atingiram o número de 2.528.923,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e vinte e três cruzeiros novos).

Sendo a matrícula, no nível primário, de 12.058.300 alunos, conforme a estimativa do Serviço de Educação e Cultura, esse programa atinge cerca de 20% da mesma.

Paralelamente à distribuição de livros aos alunos, a COLTEC planejou cursos de treinamento para professores de ensino / primário envolvido nesse programa, alcançando 110.000 professores.

A COLTEB preocupou-se, ainda, com a seleção de "Novos títulos" e a verificação de obras que se recomendam à tradução.

Dos seus trabalhos mais importantes, ressaltam-se os Seminários de Educadores, um dos quais, e realizado durante este ano, reuniu as mais altas autoridades em educação, para discussão da utilização de livros didáticos no ensino primário e médio.

Colocou bons livros nas mãos de cada estudante e esforçou-se para que o professor o estimulasse a alcançar o máximo proveito na utilização dos livros.

Atendeu os objetivos fundamentais do programa.

A COLTEB vem, ao mesmo tempo, desempenhando papel importante no desenvolvimento da indústria editorial e gráfica brasileira, sob todos os aspectos.

VIII - DIFUSÃO DA CULTURAI - CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Interessando e desenvolvendo um trabalho intensivo na formulação da política cultural do País, através do Plano Nacional da Cultura, o Conselho Federal auxiliou, inclusive financeiramente, as entidades nacionais incumbidas da difusão da cultura.

Encaminhando e estimulando a criação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, o CFC está descentralizando as atividades culturais do país, sobre infra-estrutura capaz de facilitar a execução de uma intensa programação, mesmo a curto prazo. Promoveu a I Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, pôde elaborar o zoneamento cultural do país, providenciou a legislação criando medidas impeditivas da evasão, para o exterior, de obras raras e conjuntos bibliográficos antigos, preparou os estudos a respeito da Convenção de Berna e Ata de Stokholme sobre Direitos Autorais e debaten a unificação da linguagem técnica e científica entre o Brasil e Portugal.

Em atendimento aos mais variados setores culturais brasileiros, colaborou na elaboração de 66 convênios com finalidade assistencial aos órgãos públicos ou particulares incumbidos de promover cultura.

Em 187 sessões das suas Câmaras de Artes, Letras, Patrimônio Histórico e Artístico, Ciências Humanas e de Legislação e Normas, emitiu duzentos e setenta e dois (272) pareceres.

Instituiu-se e está em atividade a comissão para a implantação das Casas de Cultura. E foram editados e postos em circulação sete números da "Revista Cultura".

2 - INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA

Orientando suas atividades através das comissões para exame dos filmes nacionais de longa metragem, de classificação especial de filmes de longa metragem, de seleção de filmes nacionais para mostras internacionais e de prêmios, além do Juri Nacional do Cinema, todos esses órgãos funcionando como colegiados, o INC tem podido formular e executar a política governamental relativa ao desenvolvimento da indústria cinematográfica, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior. Tem regulado a importação de filmes estrangeiros, inclusive para exibição na televisão, a produção, distribuição de filmes nacionais, fixando preços de locação, prazos de pagamento e condições, produzindo ou adquirindo filmes e diafilmes educativos ou culturais para empréstimos ou distribuição a estabelecimentos de ensino, e, finalmente, concedendo financiamento e prêmios a filmes nacionais, como estímulo à sua produção. Dentre esses espírito, inúmeros convênios e contratos foram celebrados, inclusive com entidades estrangeiras.

No decorrer do ano, pôde participar do 3º Encontro de Educação Audio-Visual, na Guanabara; dos Festivais Nacionais de Cinema realizados em Juiz de Fora, Belo Horizonte e Brasília; do Congresso de Cine-Clubes de Brasília; dos Festivais Internacionais de Berlim Ocidental, Cannes, San Sebastian, Zurich, Mar del Plata, Roma, Milão, Veneza, Locarno, Salerno e Buenos Aires; da Mostra de Filmes de Moscou; e da Reunião de Países da América do Sul interessados no cinema, patrocinada pela UNESCO.

Promoveu o financiamento para a produção de 14 filmes e, ainda, de cerca de RCr\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros novos), para 16 filmes brasileiros, correspondentes a 10% de adicional sobre a renda líquida de bilheteria, ao mesmo tempo em que conferiu prêmios em dinheiro, no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil cruzeiros novos).

Com fins educativos, estão sendo produzidos 70 diafilmes. E, em fase experimental, promove-se a implantação do sistema de ingressos padronizados.

3 - MUSEU IMPERIAL

De acordo com suas atribuições regimentais, compete ao órgão recolher, classificar e expor objetos de valor histórico e artístico referentes a fatos e vultos da Monarquia Brasileira, notadamente do período de Dom Pedro II, bem como os que constituam documentos expressivos da formação histórica da cidade de Petrópolis. Cabe-lhe, ainda, recolher e classificar documentos manuscritos, promover conferências e fazer pesquisas e publicações relativas à História do Brasil, e, inclusive, manter biblioteca especializada.

Para melhor aproveitamento do Museu, foi estabelecido um programa visando, entre outros objetivos, à dinamização de suas atividades de caráter cultural, técnico e administrativo, ao reequipamento da unidade, à defesa, recuperação e conservação do patrimônio histórico e artístico representado pelo seu acervo e pelo antigo Palácio Imperial. Este programa, em suas linhas gerais, tem por meta proporcionar o melhor atendimento ao público, aos pesquisadores e estudantes de diferentes graus de ensino e, em particular, aos universitários, assim como obter maior articulação da instituição com a comunidade e entidades educacionais e culturais oficiais ou particulares, no país e no exterior. Como parte desse plano de trabalho, foram iniciadas as obras de edificação anexo destinado a atividades culturais, técnicas e administrativas, ao mesmo tempo em que se firmou convênio com a Universidade Católica de Petrópolis, para a realização de cursos de especialização destinados, principalmente, aos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Católica.

O planejamento de atividades, para fins de difusão cultural e entrosamento com a comunidade, foi executado através da realização de conferências, exposições temporárias comemorativas e exposições de arte. Funcionou, ainda, a seção do auditório, para atividades sociais e culturais de entidades e órgãos da cidade.

Até 30.11.68, o Museu Imperial foi visitado por 230.274 pessoas, dentre as quais cumpre realçar a presença de 15.052 estudantes (1.767 a mais que no ano anterior), sendo 687 de nível superior, 8.510 de nível médio e 5.855 de nível primário. Além destes, foram atendidos, na Divisão de Documentação

Histórica, 2.456 consulentes, compreendendo pesquisadores especializados e alguns professores norte-americanos e ingleses, que copularam 4.372 documentos e obras, para fins de elaboração de teses de doutorado.

4 - MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

Integrado no programa de expansão e desenvolvimento do ensino e no atual conceito museológico, que atribui aos museus importante papel educativo, o MNB vem tendo saliente atuação no cenário artístico cultural brasileiro.

Suas finalidades primordiais são: a) guarda, conservação e apresentação de valioso acervo artístico; b) atividades artístico-culturais.

Assim sendo, além das exposições permanentes, em que se expuseram obras de pintura, escultura, arquitetura, medalhística ou artes ornamentais de autores nacionais e estrangeiros, abrangendo 3 grandes galerias subdivididas em muitas salas, foram realizadas várias exposições temporárias, focalizando determinados períodos artísticos ou retrospectivas de diversos artistas.

O Museu realizou, ao mesmo tempo, cursos, conferências, seções cinematográficas, concertos, etc., para os quais houve sempre grande receptividade do público, notadamente da parte dos jovens.

Procuraram-se, ainda, visitas guiadas e cursos de iniciação artística no recinto das exposições, em intercâmbio com várias escolas de nível médio, com grande interesse da parte de mestres e alunos.

E ministrou-se, ainda, em dez aulas, o curso de "Expressão da Arte Brasileira", que se desenvolveu sobre pintura, escultura, arquitetura, música, teatro, imprensa, entre outras atividades culturais, e se viu patrocinado pela Academia Brasileira de Arte.

Três importantes conferências pronunciou-se durante o curso sobre arte negra que o Museu mantém.

O trabalho conjunto de conservadores de museus, técnicos de educação e professores foi, por outro lado, de suma importância, dentro das atuais metas educacionais.

5 - SERVIÇO NACIONAL DE TEATRO

Obediente às suas finalidades e integrado no programa educacional do Governo, o SNT teve, no decorrer do ano, acentuado trabalho de assistência técnica, cultural e artística a inúmeras entidades, inclusive escaudando-as financeiramente, confor-
me o caso.

No Setor de Planejamento, Orientação e Controle ou no de Difusão Cultural, procedeu ao cadastro referente à vida teatral brasileira - e muita coisa da estrangeira, sempre útil como elemento de comparação. Adquiriu, publicou ou preparou teses sobre assuntos específicos. Realizou o concurso intitulado "Prêmio Serviço Nacional de Teatro", no qual se inscreveram e foram apreciados 86 originais. Realizou, em Natal - Rio Grande do Norte, uma exposição de livros sobre teatro.

Em Recife, João Pessoa, São João D'El Rey, Juiz de Fora, Maceió, Natal e Salvador, foram ministrados cursos avulsos sobre teatro, com muita aceitação e, por isto mesmo, grande comparecimento.

Conseguiu inúmeras e valiosas doações, de entidades e pessoas interessadas, para o Museu do Teatro em organização.

O V Festival Nacional do Teatro de Estudantes, o III Festival de Teatro de Marionetas e Fantoques ou o I Festival Brasileiro de Teatro Amador, bem como inúmeros grupos teatrais de vários Estados, constituídos, na sua maioria, de estudantes, receberam auxílio e foram assistidos pelo SNT, que também colaborou com empréstimo de material técnico e cênico. Igual procedimento teve o SNT em relação a companhias profissionais e grupos de amadores, em vários pontos do país.

Bolsas de Estudo, em número de vinte e nove (29), foram distribuídas entre alunos do Conservatório da Escola Dramática de São Paulo e da Escola de Teatro Martins Pena, de Brasília. Os Cursos de Interpretação, Direção e Cenografia, foram ministrados, satisfatoriamente, no Conservatório Nacional de Teatro.

6 - BIBLIOTECA NACIONAL

Nos onze primeiros meses do ano, foram atendidas 57.543 pessoas, das quais 6.515 se registraram, tendo consultado

135.537 obras diversas, inclusive avulsas, na Divisão de Circulação.

Foi a "Seção de Contribuição Legal", dentro dos seus trabalhos específicos, a preparação do "Boletim Bibliográfico" que se executada normalmente, tendo o acervo da Biblioteca sido enriquecido com a entrada de 4.120 livros, 505 folhetos de músicas, gravuras, desenhos, mapas, cartografia e manuscritos, 50.856 jornais e revistas, sendo catalogadas ou classificadas 20.306 peças, das quais 920 especialmente para a "Exposição Lançamentos do Ano".

Especificamente na "Seção de Formata Internacional" procedeu-se ao registro de 1.262 livros, 436 folhetos, 26 gravuras, 27 músicas e 16 mapas, além de 2.623 jornais e 8.632 revistas e boletins, e à distribuição, entre 19 instituições, de 628 obras diversas e 137 folhetos.

6.070 obras receberam encadernação, representando um despesa de R\$59.330,00 (cinquenta e nove mil, trezentos e trinta cruzeiros novos).

Processado o registro em Direitos Autorais de 633 trabalhos, sendo 123 livros, 204 folhetos, 19 peças teatrais, 52 argumentos cinematográficos, 23 programas para televisão e 212 letras para música.

Obedecendo aos métodos mais modernos que, inclusive, proporcionam um número elevado de consultas pessoais ou por correspondência, a "Divisão de Bibliopatologia" realizou um trabalho digno de nota, no combate à humidade, na conservação e restauração de livros.

Visando à reorganização da Biblioteca Nacional, foi instituído um Grupo de Trabalho Preparatório, que está em plena atividade.

7 - MUSEU VILLA-LIBOS

Objetivando contribuir para a caracterização e o prestígio da arte musical brasileira, sob a inspiração de seu patrono, o Museu, com algumas qualidades específicas de órgãos desse gênero, tem mantido permanente intercâmbio com entidades educacionais, culturais e artísticas, dentro e fora do Brasil.

Ainda não possui verba orçamentária e quadro de pessoal próprios. Dispôs, no ano de 1968, proveniente de destaque,

da ajuda de R\$10.000,00 (quarenta mil cruzeiros novos), dos quais a maior parte, isto é, R\$25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros novos), foram aplicados no Festival Villa-Lobos, e o restante no lançamento e aquisição de discos, na distribuição de cerca de 23.000 cópias musicais, partituras e materiais de orquestras.

Foi realizado, com êxito, o ciclo de palestras sobre Villa-Lobos sendo, no final do mesmo, distribuídos certificados conferidos pelo Ministro de Estado.

Mantendo permanente assistência a estudantes nos trabalhos de pesquisa, o Museu procedeu, regularmente, à distribuição das suas publicações. Mandou ao exterior, sob o patrocínio da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, a Exposição Villa-Lobos. Instituiu a "Medalha Villa-Lobos", a ser conferida ao melhor intérprete do célebre compositor brasileiro, no XI Concurso Internacional de Guitarra, de Radiodifusão e Televisão Francêsa, de Paris, em 1969.

3 - CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO

Situando seus esforços no sentido de realizar as diretrizes culturais do Governo, ampliando a assistência técnica aos museus, às publicações especializadas, às bibliotecas, aos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis, visando a alcançar todos os Estados e todas as regiões, a Campanha dinamizou suas atividades, integrando-se na política de expansão e aperfeiçoamento do ensino.

Através de convênios com a Universidade Federal da Bahia e o Conservatório Musical de Santos, está realizando o trabalho de pesquisas do Folclore do Recôncavo Baiano e do Folclore Musical da Baía de Santista.

Na sede da Campanha, cresce, a cada dia, o número de visitantes à Biblioteca Amadeu Amaral que, atualmente, já conta com cerca de 5.000 volumes de obras especializadas. Anexo à biblioteca, funciona o Arquivo e Documentação, repleto de artigos de jornais e revistas, fotografias, cartazes, "slides", fitas magnéticas, bem como - e muito importante, uma coleção de peças folclóricas de valor inestimável, que serve às exposições que se realizam.

O "Prêmio Silvío Romero" e as Comemorações do "Dia do Folclore", efetuaram-se com absoluto êxito.

Em Lorenna, São Paulo, Juiz de Fora, Minas Gerais e no Museu de Artes Técnicas Populares de São Paulo, tiveram lugar cursos, ministrados por especialistas sobre temas folclóricos.

Com grande aceitação, inclusive no exterior, para onde têm sido remetidos regularmente, a "Revista Brasileira de Folclore" e os "Cadernos de Folclore" são as principais publicações da Campanha.

9 - DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Atuou, diretamente, na proteção, valorização e divulgação dos bens culturais do País. Promoveu o exame e o tombamento de imóveis que possam representar valor histórico ou artístico. Recuperou e classificou documentos e arquivos. Divulgou os estudos procedidos em torno ou relacionados com a história e a arte brasileiras. Cadastrou as jazidas arqueológicas. Planejou a execução de serviços, visando à consolidação e à restauração de monumentos isolados ou integrantes de conjuntos tombados e, em certos casos, ao seu aproveitamento para fins turísticos. Finalmente, promoveu a adaptação de exemplares significativos de arquitetura em museus regionais.

No decorrer do ano, inscreveram-se no Livro do Tombamento os conjuntos arquitetônicos de Olinda - em Pernambuco; do Forte Seguro - na Bahia; de Sete Lagoas - em Minas Gerais; de uma casa à Avenida Rui Barbosa - em Recife; da casa da Fazenda Pau d'Alho - em Barreiro, São Paulo; da casa onde nasceu Oliveira Lima - em Recife, Pernambuco; e do Palácio dos Azulejos - em Campinas, São Paulo, sendo abertos nove (9) processos de tombamento e expedidas dezessete notificações.

Proseguiu-se na classificação dos documentos referentes às cidades de Sabará, em Minas Gerais, e de Goiás no Estado do mesmo nome.

Foram ativados os trabalhos de projeção e cadastro de jazidas arqueológicas nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Guanabara, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Foram cuidados especiais monumentos civis, religiosos e militares localizados em quinze (15) Estados, enquanto que, com assistência técnica e financeira da UNESCO, estão em execução os projetos de recuperação e valorização do Palacinho, na Bahia, da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, e do Parati, no Rio de Janeiro.

10 - INSTITUTO VILLA-LOBOS

Desde a sua criação, em substituição ao Conservatório Nacional de Música, o Instituto aumenta, a cada ano, suas atividades.

Dobretudo as didáticas, através da Escola de Educação Musical e do Centro de Pesquisas Musicais.

Reuniões de professores, em número de 14 e 16, do "Grupo de Coordenação", foram realizadas no decorrer do ano, sendo debatidos assuntos de natureza pedagógica, didática e administrativa, ou incrementadas a vivência e a comunicação entre quantos se interessam pelo problema musical brasileiro.

Na Biblioteca, 6.838 livros especializados foram consultados ou emprestados. Dados 15.538 partituras de música mimeografadas, 200 discos e 600 livros. Entraram 693 boletins musicais, dos quais 480 nacionais. E foram recebidos 150 livros.

O Instituto matriculou, em 1968, 196 alunos, das várias séries e especialidades, além de 9 euvintas. Fizeram estágio 168 pessoas. Existem, em potencial, 180 vagas, distribuídas entre os quatro anos de curso.

Na data comemorativa da passagem do aniversário do Maestro Villa-Lobos, foi realizada uma Sessão Litero-Musical bastante concorrida e apreciada.

Durante o ano letivo, realizaram-se aulas-concôrto, aulas-conferência, cursos intensivos, concôrto em número de doze, e conferências, tudo de cunho cultural, e em correlação com atividades educacionais.

11 - INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

O Instituto concentrou suas atividades na aquisição, distribuição e empréstimo de livros, na edição de revistas especializadas ou obras de importante valor literário. Assim, no exercício, fez circular os números 31 a 33 da "Revista do Livro", prosseguindo na publicação da "Bibliografia Brasileira", editando três importantes obras literárias e um dos volumes do "Dicionário Bibliográfico". Em preparação, encontram-se 17 obras literárias e 7 dicionários especializados.

Procedeu-se à aquisição de 122.668 livros, sendo distribuídos 112.621 para entidades nacionais e os restantes 10.047 para estrangeiros. O programa de distribuição atendeu, no momento, a 1.240 bibliotecas já inscritas, estando 31 em processamento de registro. Da aquisição aludida, 7.567 volumes foram de literatura infantil-juvenil e, especialmente para a Exposição-Feira do Livro, na Inglaterra, 2.989 volumes.

A ação de empréstimos atendeu, no corrente ano, mais de 40 mil pedidos. Foram premiadas 19 obras e organizadas 15 cursos, seminários e encontros, além da Semana do Livro, exposições e feiras.

Convênios, em número de três, visando à publicação de livros, quarenta (40) com Prefeituras Municipais, onze (11) com Universidades e órgãos de ensino destinados ao aproveitamento de estudantes estagiários, celebraram-se em 1968, totalizando cinquenta e quatro (54).

A instalação da "Unidade Cultural de Brasília", o aparelhamento conveniente do Setor de Reprografia e a criação de representações em vários Estados, foram atividades salientes do Instituto no corrente ano.

IX - RESUMO

À semelhança da atuação desenvolvida no exercício anterior, o Conselho Nacional de Desportos expendeu-se, em 1968, no estudo de processos, na elaboração de pareceres, visando a soluções para todos os assuntos submetidos ao pronunciamento do órgão, inclusive daqueles dependentes de resoluções que firmassem critérios de entendimentos, através de expedição de deliberações, circulares e avisos.

O C.N.D. realizou:

19 sessões ordinárias

21 sessões extraordinárias

1.492 outras promoções e audiências

Correspondendo à atuação do plenário, a Secretaria / manteve o ritmo de trabalho digno de menção, num exposto corrente de, a tempo e hora, apresentou-lo de modo preciso, quer no tocante à formação e instrução de processos, quer no atendimento às partes ou na feitura de expediente.

Os recursos financeiros postos à disposição do Conselho foram ainda diminutos.

Apesar disso, foi possível utilizá-los convenientemente, para dois fins específicos:

a) ajuda financeira para aquisição de equipamento e instalações destinadas às entidades;

b) subvenções sociais deferidas à construção e melhoria de locais para a prática de desportos, das instituições desportivas.

Para a primeira aplicação, o CIB contou com R\$ 200.000,00, reduzidos pela contenção orçamentária, a R\$100.000,00, ajudando 16 Confederações, 300 Federações, cerca de 500 Ligas e 23.000 associações desportivas.

O Conselho está estudando por determinação ministerial, um amplo plano de funcionamento das atividades desportivas no País, a fim de recuperar as carências financeiras até existentes / nesse setor governamental.

Gregas, entretanto, à ajuda governamental, embora seja cãria, o Brasil participou em 1960, de todas as programações nacionais e internacionais em certa modalidade desportiva.

CONCLUSÃO

Estamos certos de que as realizações de 1968, no Ministério da Educação e Cultura, conseguiram firmar um suporte administrativo e técnico, capaz de contribuir para a renovação cultural, agora motivo de estudos permanentizados através de grupos de trabalho.

Mais flexível em sua forma, o Ministério da Educação e Cultura convocou, sempre que necessária, a colaboração de grandes especialistas e espera poder continuar a utilizar-se do trabalho daqueles que tinham na fidelidade à nobre missão de preparar as novas gerações para a grande projeção do futuro.

Vencida está a fase do negativismo sem razões, para tras ficaram os profissionais da inversão da verdade. Cabe, sem preconceitos, mas com compreensão, orientar a fase da senectude. As reformas estão plantadas e, temos certeza, a prazo bom mais certo do que se possa imaginar, contaremos com seus frutos positivos. E tal se dará porque a mensagem é vazada em objetivos de mais alta seriedade.

Não será demais repetir que a época do raciocínio fatalizante, que alguns povos subdesenvolvidos aceitam sem contestação, tornou-se apenas uma anotação fria na História. O noviciado, com o período de corporificação das grandes idéias, está presente. Por essa razão é que a filosofia de trabalho do Governo da República jamais foi distanciada da realidade.

Os resultados do presente período de trabalho nos animam a esperar um 1969 alinhado na medida de rentabilidade mais

expressiva.

Foi 1968 um ano cheio das mais justas preocupações. A nova universidade, estruturada em moldes que mais interessam ao Brasil, será a resposta do Governo aos desafios do presente, visando a garantir o futuro da nação. A implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a criação de estímulos fiscais em prol dos projetos educacionais, a garantia da integridade dos recursos orçamentários e a definição da posição do magistério superior são, entre outras, medidas que categorizam, em termos altos, o trabalho educacional do Governo no exercício a findar.

A Diretriz predominante foi a de erigir um sistema de trabalho com resultados a longo prazo, sem propaganda pessoal, mas orientado pelos altos interesses nacionais, não com vistas apenas ao minuto de transição, sim com a perspectiva dos fatos duradouros. Isto, temos certeza, os dias que virão, distantes do calor crítico que obedece a interesses momentâneos, farão justiça à coragem que tivemos de deflagrar dispositivos morais de uma revolução: a garantia do seu próprio êxito, pelo êxito da educação.